VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 9

29 de abril de 2026

Aos **vinte e nove** dias do mês de **abril** de **2026**, pelas **21** horas e **12** minutos, teve lugar a Sessão Ordinária de abril, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Paulo Alexandre de Azevedo Pereira dos Santos. Constituíram ainda a Mesa, a 1ª Secretária em exercício, Ana Paula de Paiva Godinho da Silva Dias e o 2º Secretário em exercício, Pedro Manuel Vieira Alves de Oliveira. ----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Alexandre Miguel Capacho Vila Real, Álvaro Almeida dos Santos, Andreia Volta e Sousa Ramos, Ângela Eugénia Ferreira de Pinho, António Fernando dos Santos Rocha, Aurora Marina Paula Ferreira e Teixeira, Carla Isabel Argueles Cáceres, Daniel Fernando Almeida Moreira Couto, Diogo Filipe Prada da Silva, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Faustino Tavares de Sousa, Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes, Hugo José Silveira da Silva Pereira, Inês Sofia Oliveira Alves, Jéssica Silva Soares, Joana Cristina Côrte Ferreira, Joaquim Moreira Barbosa, Liane Mazzer, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, Mário João Oliveira Almeida Duarte, Marta Cristina Pereira Marques, Marta Filipa Carvalho Moreira da Silva, Mónica Alexandra da Silva Almeida. ----------

Os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Alfredo José Ribeiro da Rocha, Ana Luísa de Oliveira Ferreira, Andreia Maria Ferreira Teixeira, António Arlindo Monteiro Pinto, Cláudio Alexandre Pereira Peixoto de Melo, Eduardo José Moreira de Matos, Fábio Emanuel Sá Rocha Oliveira Pinto, Fernando Constantino Augusto Ramos, Fernando Ferreira da Silva Duarte, Gustavo Leite Gama, Jorge Filipe Gomes Castro, José António Soares Ribeiro, Luís António Neto Castro de Oliveira, Manuel António Coutinho Ferreirinha, Manuel Jorge Moreira da Silva, Manuel José Dias Oliveira Gama, Nicolino Eduardo da Silva Ribeiro, Pedro Miguel Barbosa Moreira, Sara Raquel Rodrigues Magalhães, Sérgio Francisco dos Santos Baptista e Vasco António de Castro Bezerra. ----------

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: André Filipe Dias Tavares, substituído por Ricardo Filipe Mesquita Sequeira; Beatriz Castro Pinto, substituída por José Alberto Pereira Mota da Costa; Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto, substituído por Francisca Meireles de Albuquerque; Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, substituído por Manuel Joaquim Freitas dos Santos; Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel, substituído por Pedro André Silva Dantas; Rúben David da Silva Pinto, substituído por Francisco Diogo Cabral Nascimento e Rui Pedro Fernandes Teixeira, substituído por Adriana Emília Amaral Costa. ----------

Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído(a) nos termos da Lei pelo seu representante legal, os(as) seguintes Presidentes de Junta: Joaquim António Dias Tavares, que foi substituído por Tiago Henrique Paiva Faria, Manuel Joaquim de Sousa Félix, que foi substituído por José Cândido de Sousa Félix e Ricardo Miguel da Costa Almeida, que foi substituído por Juliana Manuela Rangel da Silva. ----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Vice-Presidente Firmino Jorge dos Anjos Pereira e os Senhores(as) Vereadores (as): Elizabete Cristina Cardoso da Silva, António Fernando da Silva Rodrigues Machado, Carla Maria Rodrigues Costa, António Fernando de Sousa Barbosa, João Paulo Moreira Correia,

Maria José Guerra Gamboa Campos, Joaquim César Ramos Rodrigues, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo e Delmino Albano Magalhães Pereira. ----------

Faltou, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes. ----------

Ponto 1 - Público.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, disse tratar-se de um dia particularmente relevante, por se situar entre duas datas de elevado significado para a nossa democracia: o 25 de Abril, que assinala a conquista da liberdade, e o 1.º de Maio, que consagra os direitos sociais. Estes marcos constituem pilares fundamentais na construção de uma sociedade mais equilibrada e justa, promovendo valores de equidade essenciais à nossa vida coletiva, social e comunitária, bem como ao desenvolvimento do município de Vila Nova de Gaia. Passamos, assim, ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, correspondente ao período de intervenção do público. ----------

Senhor Nelson Baptista, Freguesia de Mafamude, na sua intervenção, saudou publicamente a postura do Senhor Vereador Dr. João Paulo Correia pela divulgação e escrutínio da decisão da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia em anular, no passado dia 9 do corrente mês, 16 concursos públicos de recrutamento. Sublinhou o impacto negativo desta decisão na vida de milhares de candidatos, exemplificando com o procedimento n.º 20/2023, que contou com cerca de 700 concorrentes submetidos a diversas fases de avaliação ao longo dos últimos três anos. Criticou a ausência de uma fundamentação técnica plausível para o cancelamento dos referidos concursos, classificando a justificação apresentada como meramente política. Terminou apelando à Assembleia Municipal para que exerça o seu papel fiscalizador, no sentido de devolver a confiança aos cidadãos e garantir que seja feita justiça perante as expectativas legítimas dos participantes nos concursos. ---

Senhora Elisabete Ferreira, Freguesia de Pedroso, em representação dos moradores do lugar de Alheira, freguesia de Pedroso, para manifestar a profunda preocupação da comunidade com a insegurança rodoviária na Estrada Nacional 222 (EN222). Saudou a aprovação unânime de medidas de combate à sinistralidade nesta via, mas alertou para a gravidade da situação, contabilizando já duas vítimas mortais no corrente ano, uma das quais residente na localidade. Informou a Mesa da entrega de uma petição com 150 assinaturas, recolhidas em apenas duas horas, que reflete o descontentamento e a insegurança das centenas de moradores de Alheira. Focalizou a sua intervenção no troço entre o Parque Biológico e a Fábrica do Vidro, denunciando a inexistência de passadeiras num raio de três quilómetros, a precariedade das paragens de autocarro (com apenas um metro de distância da berma) e o risco constante para idosos e crianças que atravessam a via sem qualquer proteção. A peticionária defendeu que a instalação de semáforos é insuficiente para resolver o problema estrutural de excesso de velocidade e falta de visibilidade, sugerindo, em alternativa, a construção de rotundas como solução eficaz de acalmia de tráfego e segurança para peões e condutores. Terminou apelando ao Senhor Vice-Presidente e ao Executivo Municipal para que as medidas aprovadas fossem implementadas com celeridade, olhando prioritariamente pelos munícipes que dependem diariamente daquela estrada, conforme documento em anexo (**vide anexo 1**). ----------

Senhor Vitor Marques, Freguesia de Vilar do Paraíso, iniciou a sua locução com um agradecimento público aos funcionários e ao Executivo Municipal pelas intervenções realizadas nas ruas do Pinhal Novo e do Jardim, em Vilar do Paraíso, destacando a importância do trabalho de proximidade. No âmbito da segurança rodoviária, solicitou a célere colocação de passadeiras e/ou lombas na Rua da Gandra (lugar da Ilha), junto à

paragem do autocarro 905, face ao intenso fluxo rodoviário. Num segundo momento, o orador levantou questões de fiscalização administrativa e financeira, apresentando um contrato de assessoria jurídica datado de 10 de outubro de 2025, no valor de 65 mil euros acrescidos de IVA. Questionou a oportunidade e a necessidade desta contratação externa, realizada na véspera do ato eleitoral, e a capacidade de resposta dos serviços jurídicos internos da autarquia. Prosseguindo na análise financeira, interpelou o Executivo sobre o destino das verbas provenientes do IUC (Imposto Único de Circulação) arrecadado nos últimos 12 anos, contrastando a receita com o estado considerado 'deplorável e perigoso' do piso rodoviário municipal. Por fim, o orador traçou um retrato social crítico da freguesia de Vilar do Paraíso. Apesar de ser a oitava freguesia mais populosa do concelho, denunciou a existência de um 'deserto de serviços', apontando a ausência de infraestruturas básicas como creches, centros de dia, centros de saúde, lares ou instituições bancárias. Apelou ao Senhor Presidente e ao Executivo diligência para corrigir estas assimetrias e descontinuar procedimentos herdados do passado que prejudicam os gaienses. A terminar, referiu no âmbito do apoio social e ao papel das coletividades, a situação do Grupo Dramático, tendo sido alertado para o risco de encerramento em 2027 e a perda que tal representaria para Vilar do Paraíso, conforme documento em anexo (**vide anexo 2**). ----------

Senhor Luís Ferreira, Freguesia de Arcozelo, iniciou a sua intervenção com uma análise crítica à gestão de anteriores executivos. Ironizou sobre o que classificou como uma 'estratégia' de abertura de dezenas de concursos públicos em período pré-eleitoral, nomeações para cargos de confiança em vésperas de tomada de posse e o que considerou ser um gasto excessivo em horas extraordinárias, subsídios e encargos supérfluos, em detrimento de um trabalho estrutural para o município. Em contraponto, o orador enalteceu a atual visão de planeamento e investimento de longo prazo da autarquia, destacando como marco fundamental a nova estratégia para o socorro e proteção civil em Vila Nova de Gaia. Sublinhou o passo histórico dado na profissionalização do setor e no apoio às instituições. O munícipe apresentou dados comparativos sobre a eficiência operacional, referindo que os Bombeiros Voluntários de Gaia, apesar de juridicamente integrados em associações humanitárias, asseguram um volume de serviço 3,5 vezes superior ao dos Bombeiros Sapadores, com um efetivo profissional equivalente (158 profissionais nas corporações voluntárias face a 154 sapadores). Salientou que a carga operacional do corpo voluntário é 250% superior à do corpo profissional público. Concluiu a sua intervenção questionando o Senhor Presidente sobre o modelo de futuro para o setor: se a solução passará pelo aumento do número de Bombeiros Sapadores ou se, pelo contrário, o foco deverá incidir na reestruturação e reforço do modelo de socorro assente na cooperação com as associações humanitárias, garantindo a sustentabilidade e eficácia do serviço aos gaienses. ----------

Senhor Carlos Figueiredo, Freguesia de Afurada, na sua intervenção expôs as seguintes preocupações e pedidos de esclarecimento relativos à mobilidade urbana na zona da Arrábida e Afurada: relativamente à mobilidade urbana pedonal na envolvente dos Jardins da Arrábida, foi questionado o ponto de situação do projeto da ponte sobre a autoestrada A1, destinada a ligar a zona das Lake Towers ao Arrábida Shopping. Ressaltou que esta travessia assumia uma importância estratégica para os munícipes e residentes da Afurada, facilitando o acesso à futura estação de metro, uma vez que a alternativa atual, uma passagem inferior sob a autoestrada carecia de iluminação, sinalética e proteção adequadas. Adicionalmente, no contexto da requalificação da área verde entre o Cais do Cavaco e a Linha Rubi, foi solicitada a criação de acessos pedonais eficazes a partir da paragem de autocarro sob a Ponte da Arrábida em direção aos edifícios residenciais, à Afurada e ao futuro Parque Urbano. Concluiu-se que a promoção do transporte público em detrimento do automóvel requer a garantia de ambientes seguros e favoráveis à circulação pedonal. ----------

Senhor Paulo Cardoso, Freguesia de Canidelo, disse que relativamente ao processo de alargamento das ruas Cova da Bela e do Barroco, em Canidelo, fundamentada num processo com entrada em maio de 2010 e

despachado favoravelmente pelo então Presidente Luís Filipe Menezes em novembro de 2009. Reiterou a disponibilidade dos proprietários para a cedência de terrenos, mediante contrapartidas, visando a ligação da Rua do Barroco à Rua de Souselas e o alargamento da Rua Cova da Bela, junto ao futuro Lar de Idosos. Sublinhou que esta intervenção é vital para o ordenamento do trânsito, nomeadamente para aliviar a Rua da Bélgica e resolver o problema das viaturas de transporte escolar que, atualmente, eram obrigadas a manobras perigosas em marcha-atrás na Rua de Souselas. Adicionalmente, foi denunciada a gravidade das inundações ocorridas em novembro de 2023 na Travessa Cova da Bela, que atingiram habitações com níveis de água entre 80 cm e um metro, colocando em risco a vida de moradores idosos. Foi entregue à Mesa um conjunto documental composto por cópias do processo de 2009/2010, um abaixo-assinado com 51 assinaturas, prova de alertas enviados via e-mail à Câmara e às Águas de Gaia 15 dias antes das cheias, e o relatório do corpo de Sapadores sobre a ocorrência. conforme documento em anexo (**vide anexo 3**). ----------

Senhor Agostinho Madureira, Freguesia de Santa Marinha, em representação do Grupo Cívico Bio Porto voltou a intervir na Assembleia Municipal para solicitar a adoção de métodos alternativos à utilização de herbicidas no controlo de infestantes no concelho. Foi recordado que existia um contrato celebrado em anteriores mandatos autárquicos que tinha condicionado a substituição daqueles produtos, encontrando-se o mesmo próximo do termo, previsto para 2026. O grupo manifestou preocupação relativamente aos impactos ambientais e na saúde pública associados à utilização de herbicidas, defendendo a implementação de métodos alternativos, nomeadamente mecânicos, térmicos e biológicos. Foi ainda referido que, em 2021, um membro do grupo apresentou uma ação relacionada com alegadas falhas no aviso prévio à população antes da aplicação dos produtos fitofarmacêuticos, situação que, segundo foi exposto, continuava a verificar-se. Por fim, foi salientado que a legislação em vigor incentivava a utilização de métodos alternativos, estabelecendo que o recurso a pesticidas deveria constituir a última opção, especialmente em zonas urbanas e de lazer. -----

Senhor Joaquim Silva, Freguesia de Oliveira do Douro, apresentou uma intervenção relativa à necessidade de concretização da via VL10, considerada estruturante para a mobilidade na zona do Vilar do Andorinho e respetivas aldeias. Salientou o crescimento populacional e urbano da freguesia ao longo dos últimos anos, sem o correspondente reforço das infraestruturas rodoviárias, originando constrangimentos significativos ao nível do trânsito e da mobilidade diária da população. Referiu ainda, que o congestionamento rodoviário representava não apenas um problema de circulação, mas também uma questão com impacto ambiental, social e de segurança, nomeadamente em situações de emergência, tendo sido dado como exemplo o eventual atraso no percurso de veículos de socorro devido ao trânsito intenso. O problema da mobilidade tem vindo a agravar-se ao longo dos anos, em consequência do adiamento de soluções estruturantes para o território, defendendo-se que a ausência de decisão contribuiu para o aumento do congestionamento, da poluição, do ruído e da perda de qualidade de vida da população. Destacou que o atual Executivo Municipal, liderado pelo Presidente da Câmara, Dr. Filipe Menezes, retomou o projeto da via VL10, anteriormente previsto, mas, entretanto, suspenso, considerando-se essa decisão relevante para a resolução dos problemas de mobilidade existentes. Por fim, referiu que a importância da ligação viária tem vindo a reunir um reconhecimento mais alargado, incluindo posições recentemente assumidas por representantes de diferentes forças políticas em sede de Assembleia de Freguesia. ----------

Senhor Victor Leôncio, disse estar em representação dos trabalhadores das escolas do concelho, manifestando descontentamento relativamente ao incumprimento de compromissos assumidos pelo Executivo Municipal no âmbito do projeto "Gaia Aprende+". Os intervenientes contestaram a continuidade do destacamento de trabalhadores para funções em IPSS durante as interrupções letivas, alegando sobrecarga de trabalho e ausência de melhoria das condições remuneratórias. Referiu que, apesar de reuniões anteriormente realizadas

com estruturas sindicais, não ter havido novos avanços nas negociações, tendo os trabalhadores realizado ações de protesto e anunciado a continuidade das formas de luta até que as suas reivindicações sejam atendidas. Por fim, foi defendida a valorização dos trabalhadores das escolas e a melhoria das respetivas condições laborais. ----------

Senhor Afonso Borges, fez intervenção relativa ao funcionamento do "GOP+ Jovem" Orçamento Participativo Jovem, destacando a sua importância como instrumento de participação cívica da juventude no concelho. Manifestou preocupação com os atrasos e dificuldades na concretização dos projetos aprovados ao longo das várias edições do programa, referindo baixos níveis de execução e desvios face aos valores inicialmente previstos. Defendeu a necessidade de melhorar o planeamento e acompanhamento dos projetos, de forma a reforçar a credibilidade e eficácia desse instrumento de participação juvenil. Por fim, reconheceu o esforço do atual Executivo Municipal e da Vereadora responsável pela área da juventude no acompanhamento do programa. ----------

Senhor Rodrigo Durana, tomou a palavra para congratular o Executivo pelas decisões tomadas desde a tomada de posse. Sublinhou que, apesar do curto período de mandato, as medidas adotadas demonstraram visão estratégica e coragem política diante dos desafios do município. O orador destacou, especificamente, a anulação do concurso para os Bombeiros Sapadores. Considerou que a coragem para tal ato foi necessária face à postura da oposição, a qual criticou sistematicamente as ações do Executivo independentemente do seu teor. Afirmou que a irregularidade não residiu na anulação, mas sim no lançamento do concurso, classificando-o como financeiramente lesivo e desnecessário. Justificou tal posição com base no capital humano já existente no concelho, tanto nos bombeiros voluntários quanto nos sapadores. Para corroborar a viabilidade desta gestão, citou os exemplos dos municípios de Gondomar e Matosinhos, que operam com eficácia recorrendo a bombeiros voluntários. Reiterou que a decisão protegeu as finanças de Vila Nova de Gaia e previu que os fundamentos técnicos seriam detalhados posteriormente. ----------

Senhora Berta Brazão, expôs a precariedade das comunidades ciganas no concelho, com destaque para a zona das Casas Queimadas, relacionando as más condições habitacionais com o abandono e sofrimento animal. Reportou a necessidade constante de intervenções para socorrer animais em situação de doença e subnutrição, defendendo que a assistência social deve atuar de forma mais próxima no apoio a estas famílias e no controlo da natalidade. Instou o Executivo a retomar os projetos de realojamento suspensos desde a pandemia, sublinhando que a solução do problema é urgente por motivos de dignidade humana, saúde pública e bem-estar animal. ----------

Senhor Paulo Almeida, como representante dos trinta e oito candidatos admitidos ao concurso para o corpo de Bombeiros Sapadores de Vila Nova de Gaia tomou a palavra para contestar a decisão de revogação do referido certame. O orador classificou a medida como uma decisão política desprovida de fundamento técnico, sublinhando que o concurso, iniciado em dezembro de 2024, se encontrava na fase final, com candidatos já classificados e com expectativas legítimas de ingresso. Relativamente ao argumento da residência dos candidatos, o interveniente esclareceu que o diploma legal não exige a residência no concelho durante a fase de candidatura, mas apenas após o início de funções. Alertou, ainda, para o prejuízo irreversível causado aos jovens candidatos que, devido à duração do processo, ultrapassaram, entretanto, o limite de idade de vinte e cinco anos, ficando impedidos de concorrer a futuros procedimentos na carreira. O orador comparou a estratégia municipal com a de outras grandes cidades, como Lisboa, Porto e Braga, que reforçaram recentemente os seus efetivos. Criticou a opção de Gaia em reduzir o corpo operacional num cenário de crescimento populacional e de iminentes passagens à reforma de dezenas de elementos. Refutou a tese de que

os bombeiros voluntários possam substituir os sapadores, dada a natureza jurídica e responsabilidade direta da autarquia sobre estes últimos. Por fim, questionou a priorização de meios para a Polícia Municipal em detrimento do socorro a incêndios e catástrofes, afirmando que a segurança do concelho ficaria comprometida pela perda de meios humanos qualificados. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício, Firmino Jorge dos Anjos Pereira prestou esclarecimentos sobre os temas suscitados. Em relação aos Recursos Humanos e Concursos, justificou a revogação dos concursos como uma opção política baseada na necessidade de realizar um diagnóstico rigoroso dos funcionários municipais e redefinir a estratégia de admissão. Exemplificou com o setor das obras, onde o número de operários baixou de 120 para 30 desde 2013, e afirmou que os novos procedimentos serão lançados oportunamente com base no rigor e nas reais carências da autarquia. Quanto ao Corpo de Bombeiros e Proteção Civil, esclareceu que a Proteção Civil em Gaia é vista de forma integrada, contando com 138 sapadores e mais de 500 voluntários. Sublinhou que a idade média dos sapadores é de 42 anos, não havendo urgência imediata de reformas. Reiterou que a decisão de anular o concurso foi ponderada e alinhada com as orientações políticas do atual mandato, sem compromissos herdados do executivo anterior. Na segurança rodoviária (EN 222), lamentou as vítimas mortais registadas e anunciou a instalação de semáforos com radares de velocidade no troço sob jurisdição municipal. Relativamente ao troço gerido pelas Infraestruturas de Portugal (IP), informou que serão feitas diligências junto desta entidade, apesar das dificuldades de cooperação em projetos anteriores, como o da Rotunda de Avintes. Nas infraestruturas pedonais, confirmou que a construção da ponte pedonal nos Jardins da Arrábida está aprovada pela Câmara e IP, competindo agora ao promotor privado a sua execução no terreno. Quanto ao urbanismo e vias municipais, informou sobre a intenção de alargar as Ruas da Cova da Bela e do Barroco (Canidelo), após análise de contrapartidas. Anunciou uma forte aposta na retoma de projetos rodoviários estratégicos (como a VL3, VL10 e VL11) para melhorar a mobilidade e desanuviar o trânsito, prevendo o lançamento dos concursos públicos para estes projetos até ao final de junho. Destacou a proteção dos canais destas vias contra pressões urbanísticas privadas. Na educação e assistência operacional, enalteceu o trabalho dos assistentes operacionais, mas defendeu a continuidade do programa "Gaia Aprende+" durante as pausas letivas. Apresentou dados sobre a baixa adesão às greves recentes e reiterou que o apoio às famílias é uma prioridade, dependendo da colaboração destes profissionais nas atividades não letivas geridas em parceria com IPSS. Quanto à participação cívica (GOP+ Jovem), reconheceu as deficiências apontadas na execução do Orçamento Participativo Jovem e comprometeu-se a aperfeiçoar o instrumento para garantir que os projetos premiados sejam efetivamente concretizados, fomentando uma participação ativa e credível da juventude. ----------

Ponto 2 - Período de Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, disse, que de seguida se iria passar ao Período de Antes da Ordem do Dia, com a discussão dos Votos apresentados pelos grupos municipais. ----------

Senhor Deputado José Alberto Pereira Mota da Costa (CDU) apresentou uma Moção "Nos 50 anos da Constituição, defender os serviços públicos: o SNS" conforme documento em anexo (**vide anexo 4**). No âmbito das celebrações do 25 de Abril e do 1 de maio, proferiu uma alocução sobre o legado da Revolução, definindo-a como o fim de 48 anos de ditadura e o início da construção de um país assente na liberdade de expressão, organização e dignidade no trabalho. Ressalvou-se o papel central das mulheres e dos movimentos de libertação das antigas colónias na conquista da democracia. A intervenção terminou com uma nota crítica sobre os desígnios de abril ainda por cumprir, apontando responsabilidades a quem tem procurado reverter

conquistas sociais. Reafirmou-se a necessidade de defender a autonomia do poder local democrático e exigiu-se o cumprimento do imperativo constitucional da regionalização, através da criação das regiões administrativas, como forma de completar o edifício do poder local, conforme documento em anexo (**vide anexo 5**). ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, senhor Deputado, teria todo o direito a fazer esta manifestação depois de ter concluído a discussão da Moção, não durante a discussão da Moção, porque objetivamente não faz parte da moção que a CDU apresentou. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, colocou à votação a Moção, "Nos 50 anos da Constituição, defender os serviços públicos: o SNS", apresentada pelo Deputado Único CDU. ----------

<u>Votação:</u> Rejeitada com 32 votos contra (23 do PSD, 03 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP) e 24 a favor (22 do PS, 01 do LIVRE e 01 da CDU). ----------

Senhor Deputado Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes (LIVRE) apresentou uma **Moção**, "Paragens Dignas", conforme documento em anexo (**vide anexo 6**). ----------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) manifestou a sua concordância com a moção apresentada, corroborando a necessidade de dignificar os locais de espera e afirmando que a sinalização por poste é insuficiente para as necessidades dos munícipes. Nesse sentido, declarou o seu voto favorável à iniciativa. Foi, no entanto, apresentada uma proposta de aditamento à moção original, questionando-se a possibilidade de incluir a instalação de painéis digitais informativos, sugerindo que estes sejam alimentados por energia solar. O objetivo do aditamento é modernizar o acesso à informação de horários e tempos de espera, aliando a componente tecnológica à sustentabilidade energética do concelho. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, referiu que, do lugar o senhor Deputado, respondeu "Sim". ----------

Senhor Deputado António Fernando dos Santos Rocha, (PSD) clarificou a sua posição de voto favorável à moção sobre a requalificação das paragens, apesar de a responsabilidade direta pelo serviço pertencer à operadora UNIR. Justificou o sentido de voto por concordar com o princípio da proposta, interpretando-a como um mandato para que o Executivo exerça pressão política junto da operadora. Com esta decisão, o grupo pretendeu dar um sinal de unidade institucional na exigência de melhores condições para os passageiros do concelho. ----------

Senhor Deputado Manuel Joaquim Freitas dos Santos, (CDS-PP) referiu que o Grupo Municipal do CDS-PP se associa a esta Moção uma vez que, em mandatos anteriores, apresentou a mesma proposta. ----------

Senhor Deputado José Alberto Pereira Mota da Costa (CDU) anunciou a associação à moção pela requalificação das paragens, recordando que o partido já apresentara propostas idênticas em mandatos anteriores. Contudo, considerou a iniciativa insuficiente para abordar a "degradação da rede" de transportes no concelho. Informou a Assembleia sobre a recolha de mais de 2500 assinaturas num abaixo-assinado que denuncia a sobrelotação, a falta de horários e o isolamento de certas zonas. Concluiu defendendo que a solução para as falhas do operador privado passa pela assunção do serviço em Vila Nova de Gaia por parte da STCP conforme documento em anexo (**vide anexo 7**). ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a Moção, "Paragens Dignas", apresentada pelo Deputado Único do LIVRE.----------

Votação: Aprovada por Unanimidade ----------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) apresentou um **Voto de Saudação**, "52º Aniversário do 25 de Abril e 50º Aniversário da Constituição de 1976", conforme documentos em anexo (**vide anexo 8**). ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação o Voto de Saudação, "52º Aniversário do 25 de Abril e 50º Aniversário da Constituição de 1976", apresentado pelo Grupo Municipal da IL. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 49 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 03 da IL e 01 do LIVRE) e 08 votos contra (04 do CH, 03 do CDS-PP e 01 da CDU). ----------

Senhor Deputado Ricardo Filipe Mesquita Sequeira (CH) anunciou o Voto contra a moção apresentada, justificando a decisão com a necessidade de garantir a "verdade histórica". O IL, defendeu que a democracia portuguesa só se consolidou plenamente com o 25 de novembro de 1975, após o período de instabilidade do PREC. Argumentou que ignorar o 25 de novembro equivale a contar apenas metade da história e a permitir que o 25 de Abril seja apropriado por uma visão ideológica parcial. Concluiu afirmando que a celebração da liberdade deve ser inclusiva e reconhecer todos os momentos que estabeleceram o Estado de Direito e a democracia representativa em Portugal. Viva a liberdade! Viva o 25 de abril! Viva o 25 de novembro! Viva Portugal, conforme documento em anexo **(vide anexo 9)**. ----------

Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU, conforme documento em anexo (**vide anexo 10**). ----------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) apresentou uma **Proposta de Recomendação**, "Alteração do sentido do trânsito em ruas da Madalena", conforme documentos em anexo (**vide anexo 11**). -

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) anunciou o voto contra a proposta de alteração de trânsito na Madalena, fundamentando a decisão numa questão procedimental e não na qualidade técnica da medida. O orador defendeu que qualquer alteração de sentidos de trânsito e posturas municipais deve ser precedida de um diálogo obrigatório com a respetiva Junta de Freguesia. Por considerar que a proposta carece do parecer da entidade que representa o território localmente, o grupo manifestou não se sentir confortável com a aprovação da medida sem o devido envolvimento institucional da freguesia. -----

Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU, conforme documento em anexo (**vide anexo 12**). ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a Proposta de Recomendação, "Alteração do sentido do trânsito em ruas da Madalena", apresentado pelo Grupo Municipal da IL. --------

Votação: Aprovado por Maioria, com 33 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 23 votos contra (22 do PS e 01 da CDU) e 01 abstenção do LIVRE. ----------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) apresentou uma **Proposta de Recomendação**, "Inventário Municipal de Imóveis Devolutos", conforme documentos em anexo (**vide anexo 13**). ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) disse que o Grupo Municipal do PS irá votar contra a proposta da Iniciativa Liberal, justificando a posição com a existência prévia da Estratégia Local de Habitação, desenvolvida em articulação com o anterior governo, que já identifica as necessidades e o património disponível. Criticou o que designou como uma visão de "mercantilização do património público" presente na proposta, argumentando que as soluções sugeridas, à semelhança das medidas nacionais apoiadas pela IL, têm-se revelado ineficazes e contribuído para a aceleração dos preços da habitação. Concluiu que, embora não se oponha ao conceito de inventário, o caminho proposto ignora o trabalho técnico já realizado e foca-se em modelos que não resolvem a crise habitacional. ----------

Senhora Deputada Inês Sofia Oliveira Alves (IL) solicitou ao orador que, tendo este invocado o trabalho já realizado no âmbito da Estratégia Local de Habitação, apresentasse à Assembleia a listagem concreta dos edifícios públicos que se encontram atualmente devolutos no concelho. Reforçou a importância de tais dados serem do conhecimento público, reiterando a necessidade de transparência quanto ao património identificado pela referida estratégia. ----------

Senhor Deputado Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes (LIVRE) anunciou o voto contra a proposta na sua redação global, informando que entregará uma declaração de voto por escrito com maior detalhe. No entanto, sugeriu à Iniciativa Liberal a votação da moção por pontos, justificando que o partido concorda plenamente com a criação do inventário, medida que o próprio LIVRE já havia proposto anteriormente em sede de direito de oposição. Quanto aos restantes pontos, manifestou discordância relativamente à estratégia de gestão sugerida, acompanhando a crítica sobre a "mercantilização do património". Apontou que a moção se foca excessivamente na concessão ao setor privado e social, omitindo o papel central que o setor público municipal deve ter na gestão direta e aproveitamento dos seus próprios imóveis devolutos. ----------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) em resposta às intervenções anteriores, o representante da Iniciativa Liberal reiterou a defesa do papel do setor privado na recuperação do património. Argumentou que o Estado tem demonstrado incapacidade na gestão e reabilitação de imóveis devolutos, tanto a nível local como nacional, resultando na degradação contínua de inúmeras propriedades. Criticou a postura das bancadas de esquerda, afirmando que estas parecem preferir a manutenção de património público em estado de abandono em detrimento da sua recuperação e utilização efetiva através de parcerias com entidades privadas, as quais considera fundamentais para resolver o problema dos imóveis devolutos. ----------

Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU, conforme documento em anexo **(vide anexo 14).** ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a Proposta de Recomendação, "Inventário Municipal de Imóveis Devolutos", apresentado pelo Grupo Municipal da IL. ----------

<u>Votação:</u> Aprovado por Maioria, com 33 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP) e 24 votos contra (22 do PS, 01 do LIVRE e 01 da CDU). ----------

Senhora Deputada Marta Filipa Carvalho Moreira da Silva (PS) apresentou um **Voto de Saudação**, "Dia Internacional da Mulher", conforme documentos em anexo (**vide anexo 15**). ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação o Voto de Saudação, "Dia Internacional da Mulher", apresentado pelo Grupo Municipal do PS. ----------

Votação: **Aprovado por Maioria, com 53 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 03 da IL, 03 do CDS-PP, 01 do LIVRE e 01 da CDU) e 04 votos contra do CH.** ----------

Senhora Deputada Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, (PS) apresentou uma **Proposta de Recomendação**, "Plano de Intervenção nos Principais Pontos de Sinistralidade da EN 222", conforme documentos em anexo (**vide anexo 16**). ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a Proposta de Recomendação, "Plano de Intervenção nos Principais Pontos de Sinistralidade da EN 222", apresentado pelo Grupo Municipal do PS. ----------

Votação: **Aprovado por Maioria, com 52 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 04 do CH, 01 do Presidente de Junta do CDS-PP, 01 do LIVRE e 01 da CDU) e 05 votos contra (03 da IL e 02 do CDS-PP).** ----------

Declaração de Voto do Grupo Municipal da IL, conforme documento em anexo **(vide anexo17).** ----------

Senhora Deputada Carla Isabel Argueles Cáceres (PS) apresentou uma **Proposta de Recomendação**, "Estudo sobre a utilização de trotinetes elétricas", conforme documentos em anexo (**vide anexo 18**). ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a Proposta de Recomendação, "Estudo sobre a utilização de trotinetes elétricas", apresentado pelo Grupo Municipal do PS. ----------

Votação: **Rejeitada, com 29 votos contra (23 do PSD, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 27 votos a favor (22 do PS, 04 do CH e 01 do LIVRE) e 01 abstenção da CDU.** ----------

Declaração de Voto do Grupo Municipal da IL, conforme documento em anexo (**vide anexo 19).** ----------

Senhora Deputada Aurora Marina Paula Ferreira e Teixeira (PS) apresentou uma **Moção**, "Transmissão em direto das Reuniões de Câmara públicas", conforme documentos em anexo (**vide anexo 20**). ----------

Senhor Deputado António Fernando dos Santos Rocha (PSD) disse que o Grupo Municipal do PSD votará contra a moção do Partido Socialista, justificando a posição com o que classificou como uma "contradição insanável". O orador recordou que, após a tomada de posse em novembro, as transmissões das sessões da Assembleia Municipal foram retomadas após um interregno de 12 anos, mas apontou que o PS, noutros fóruns, tem tido uma postura oposta. Como exemplo, referiu que o Partido Socialista rejeitou recentemente uma proposta para a transmissão das sessões da Assembleia de Freguesia de Pedroso. Argumentou, por isso, que a defesa da transparência por parte do proponente é incoerente e que o modelo atual das reuniões de Câmara não carece de alteração por via de transmissão digital. ----------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) manifestou o seu voto contra a moção do Partido Socialista, reiterando a existência de uma "contradição insanável" na postura do proponente. O orador criticou o facto de o PS defender agora a transmissão digital após a ter recusado durante os últimos 12 anos e sublinhou a incoerência entre esta proposta e o bloqueio de transmissões em Assembleias de Freguesia onde o partido detém a maioria. Adicionalmente, o interveniente apontou um erro ortográfico no texto da moção, no ponto relativo à natureza das reuniões, solicitando a sua correção antes de qualquer votação. Concluiu sugerindo que a aprovação de tais medidas de transparência deveria decorrer de um compromisso alargado entre as

forças políticas, abrangendo não só a Câmara Municipal, mas também as restantes instituições e assembleias do concelho. ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) Em resposta às críticas de incoerência, esclareceu que a anterior reserva quanto às transmissões se deveu exclusivamente a um parecer negativo da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD). Sublinhou que, após a resolução dessa questão formal no Parlamento através de uma iniciativa conjunta com a Iniciativa Liberal que eliminou os impedimentos legais, o partido passou a defender a transmissão por uma questão de princípio e transparência. Refutou a acusação de mudança de posição, devolvendo-a aos grupos parlamentares que, anteriormente favoráveis às transmissões, votam agora contra. Concluiu afirmando que, estando ultrapassados os obstáculos jurídicos na Assembleia Municipal, não existe qualquer razão substantiva, além da vontade política de limitar o escrutínio, para que o mesmo princípio de transparência não seja aplicado às reuniões da Câmara Municipal.

Senhora Deputada Marta Cristina Pereira Marques (CH) na sequência do debate sobre a transparência e o enquadramento legal da Proteção de Dados, um representante parlamentar manifestou o seu apoio ao princípio da transmissão online, anunciando o voto favorável à moção. Contudo, defendeu que o compromisso com a transparência deve ser absoluto e abrangente a toda a estrutura autárquica. Nesse sentido, propôs formalmente que a obrigatoriedade de transmissão em direto e pública seja estendida, de forma equitativa, a todos os órgãos do concelho: à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal e a todas as Assembleias de Freguesia de Vila Nova de Gaia. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a Moção, "Transmissão em direto das Reuniões de Câmara públicas", apresentado pelo Grupo Municipal do PS. ----------

<u>Votação:</u> Rejeitada, com 29 votos contra (23 do PSD, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 27 votos a favor (22 do PS, 04 do CH e 01 do LIVRE) e 01 abstenção da CDU. ----------

Senhor Deputado Pedro Manuel Vieira Alves de Oliveira (PSD) apresentou um **Voto de Louvor**, ao "Dr. Domingos Vieira Matos", conforme documentos em anexo (**vide anexo 21**).----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação o Voto de Louvor, "Dr. Domingos Matos", apresentado pelo Grupo Municipal do PSD. ----------

<u>Votação:</u> Aprovado por Maioria, com 56 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 do LIVRE) e 01 voto contra da CDU. ----------

Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU, conforme documento em anexo **(vide anexo 22).** ----------

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Afurada, Eduardo José Moreira de Matos, apresentou uma análise detalhada sobre o projeto "Gaia Limpa", implementado nos últimos dois meses. Descreveu o estado de "abandono" e "desleixo" que caracterizava o espaço público no início do mandato, atribuindo-o à gestão anterior e criticando a ineficácia de serviços como a recolha de "monos", que registava tempos de espera superiores a um mês. O interveniente destacou que, por instrução direta da Presidência, as Águas de Gaia estabeleceram um novo paradigma de limpeza urbana, assente na descentralização e na proximidade através do envolvimento direto das Juntas de Freguesia. Foram sublinhados os seguintes pilares do projeto: Eficiência e Gratuidade: Substituição da burocracia por uma linha direta e funcional para o cidadão; Economia Circular: Implementação da iniciativa "Segunda Vida", que promove a reutilização de materiais e o respeito pelo meio

ambiente;e Dignificação do Espaço Público: Afirmação da limpeza urbana como base para o desenvolvimento económico e a coesão social. A intervenção concluiu que o projeto "Gaia Limpa" representa uma mudança irreversível na gestão do território, devolvendo ao concelho os padrões de qualidade e dignidade que a população exige. ----------

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix da Marinha, Luís António Neto Castro de Oliveira registou a passagem do 25.º aniversário da elevação de São Félix da Marinha à categoria de vila, ocorrida a 19 de abril de 2001. A intervenção iniciou-se com um voto de agradecimento ao Dr. Manuel Moreira, impulsionador da referida elevação, e destacou o crescimento demográfico e infraestrutural registado na freguesia, particularmente no início do século sob a gestão do atual Presidente da Câmara. O orador apontou, contudo, um cenário de "esquecimento" e "abandono" nos últimos 12 anos, denunciando a degradação da habitação social, a falta de manutenção das praias e a existência de arruamentos em terra batida e sem saneamento básico. Reportou que cerca de 14 arruamentos se encontram em estado intransitável, prejudicando a qualidade de vida dos munícipes. Concluiu com um apelo direto ao Executivo Municipal para que retome o investimento na freguesia, revitalizando-a com as infraestruturas necessárias ao seu progresso. Reafirmou que, embora São Félix da Marinha se situe geograficamente no extremo sul do concelho, a sua importância e potencial exigem uma atenção que acompanhe o desenvolvimento global das restantes 23 freguesias de Vila Nova de Gaia, conforme documentos em anexo (**vide anexo 23**). ----------

Ponto 3 - Período da Ordem do Dia

Ponto de Ordem à Mesa do Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) solicitou à Mesa a revisão e clarificação dos resultados da votação relativa à Moção sobre a transmissão das reuniões de Câmara. Referiu ter detetado uma aparente discrepância na contabilização dos votos do grupo municipal do CH, assinalando que, contrariamente ao registo efetuado pela Mesa — que indicou um sentido de voto uniforme para todo o grupo, os deputados da referida força política terão votado de forma diferenciada. O interveniente sublinhou a importância de um escrutínio rigoroso para garantir a fidedignidade dos resultados finais e a transparência do processo democrático, pedindo a confirmação nominal ou por bancada de quem votou em cada sentido. O pedido visou assegurar que a contagem dos votos reflete a realidade das expressões individuais dos eleitos presentes na sessão. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, quanto à votação que o senhor deputado referiu traduz-se em 27 votos a favor, 29 contra e 1 abstenção. Informou a Assembleia de que, conforme articulado na reunião dos responsáveis pelos grupos municipais ocorrida no dia anterior, se procederia a um ajuste na sequência de discussão e votação da Ordem de Trabalhos. A nova orgânica estabelecida foi a seguinte: **Ponto 3.1:** Discussão e votação do Relatório de Atividades e Conta de Gerência do Município (2025); **Ponto 3.2:** Análise da respetiva Certificação Legal de Contas e Parecer do Revisor Oficial de Contas; **Ponto 3.31:** Proposta relativa aos instrumentos de gestão previsional, económica e financeira das **Águas de Gaia, EM, S.A.** para o exercício de 2026; **Ponto 3.6:** Procedimento concursal para reserva de recrutamento nas **Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)**; **Ponto 3.7:** Constituição da reserva de recrutamento para trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto. Ficou determinado que, após a conclusão destes pontos, a sessão retomaria a sequência original da Ordem de Trabalhos, iniciando no ponto 3.3 e seguintes. ----------

3.1. "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Atividades e Conta de Gerência do Município de Vila Nova de Gaia, referente ao ano 2025, assim como a respetiva certificação legal de contas e o respetivo parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC)". ----------

Senhor Deputado José Alberto Pereira Mota da Costa (CDU) anunciou o Voto contra a Prestação de Contas de 2025, fundamentando a decisão numa análise política do modelo de gestão municipal. Embora tenha reconhecido a correção formal dos indicadores contabilísticos, nomeadamente o superavit de 53 milhões de euros e o prazo médio de pagamento a fornecedores de 18 dias, questionou a origem e o destino desses fundos. Focou-se nos seguintes pontos críticos: Modelo de Desenvolvimento: criticou o crescimento da receita através do IMT, associando-o a um modelo de especulação imobiliária que favorece grandes projetos turísticos e urbanísticos em detrimento dos moradores locais, citando o risco de gentrificação na Afurada e a construção de apenas um fogo de habitação social no período em análise. Gestão de Recursos Humanos: Denunciou disparidades salariais, contrastando a remuneração de consultoria externa com a situação laboral dos trabalhadores das Águas de Gaia e das escolas, manifestando total solidariedade com as recentes lutas sindicais e greves no setor da educação. Sustentabilidade Financeira: Alertou para a "margem de endividamento nula" do município, ressalvando que a capacidade de investimento atual depende de exceções legais precárias no Orçamento do Estado. Concluiu que o saldo acumulado de 192 milhões de euros deveria ser canalizado para as necessidades reais das populações como habitação pública, transportes gratuitos e rede de creches, e não para alimentar um modelo económico que a CDU rejeita, conforme documentos em anexo (**vide anexo 24**). ----------

Senhora Deputada Marta Cristina Pereira Marques (CH) na sequência da análise ao Relatório de contas, destacando o saldo de 92 milhões de euros que transitou para 2026 como evidência de que a tese de insuficiência financeira do Executivo não é totalmente aplicável. Sublinhou o elevado grau de autonomia do município, com as receitas próprias a representarem mais de metade do orçamento total, impulsionadas por um aumento de 20% na cobrança de impostos diretos (IMT, IMI e IUC). Perante este cenário de excedente, questionou a falta de ambição do Executivo em devolver parte dessa receita aos munícipes para mitigar os efeitos da inflação. Propôs medidas concretas como a redução de taxas e da derrama para apoio às empresas e famílias, ou, em alternativa, o reforço do investimento em habitação de renda acessível e na melhoria da mobilidade. Concluiu que o relatório demonstra existirem condições financeiras para uma governação mais ambiciosa e focada na dignidade dos gaienses, conforme documentos em anexo (**vide anexo 25**). ----------

Senho Senhor Deputado Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes (LIVRE) anunciou a abstenção do LIVRE por razões políticas, argumentando que o relatório de contas evidencia a existência de recursos financeiros suficientes para a concretização de projetos estruturantes no concelho. O orador recordou que, em sede de direito de oposição, o partido apresentou mais de 20 propostas que foram excluídas do orçamento sob o pretexto de escassez de recursos, tese agora refutada pelos saldos apresentados. Face à disponibilidade de meios, questionou formalmente o Executivo sobre a intenção de apresentar um orçamento retificativo para o corrente ano, visando uma taxa de execução superior à inicialmente prevista. ----------

Senhor Deputado António Fernando dos Santos Rocha (PSD) analisou o exercício de 2025, classificando-o como "sui generis" por ter abrangido três presidências distintas. Informou que o grupo votará favoravelmente por considerar o relatório tecnicamente correto, mas centrou a sua intervenção na crítica política ao excedente financeiro apurado. Questionou o facto de o município apresentar um resultado líquido de 53 milhões de euros enquanto o concelho exibe, na sua visão, sinais de "deterioração" e "abandono" em infraestruturas básicas, pavilhões e equipamentos desportivos. Apontou que o aumento das receitas, embora expressivo,

resulta de investimentos infraestruturais realizados há mais de uma década, contrastando com a falta de investimento estrutural nos últimos 12 anos, especialmente na resposta à crise habitacional e na mobilidade. Concluiu, instando o atual Executivo a dar um sinal claro de mudança, transformando os resultados financeiros em respostas concretas para a qualificação do território e melhoria da qualidade de vida dos munícipes. Reafirmou a confiança de que o novo ciclo de desenvolvimento estratégico permitirá inverter o cenário de abandono e cumprir as metas de qualificação de Vila Nova de Gaia. ----------

Senhora Deputada Joana Cristina Côrte Ferreira (PS) anunciou o voto favorável à Prestação de Contas de 2025, justificando que os números confirmam a robustez financeira do município. No entanto, utilizou os dados para contestar o discurso de "falta de recursos" do atual Executivo, sublinhando que o saldo positivo de 92 milhões de euros prova que os cortes efetuados, designadamente no apoio ao passe Andante para a terceira idade, no programa Gaia Cuidador, no festival Marés Vivas e nos subsídios ao associativismo desportivo, foram opções políticas e não imposições financeiras. Destacou o aumento de 20% na receita municipal face a 2024 e a estabilidade da despesa com pessoal para afirmar que o município dispõe de margem orçamental para medidas mais ambiciosas. Propôs, como exemplo de futuro, a implementação da gratuidade gradual dos transportes públicos para todos os cidadãos já no segundo semestre, à semelhança de outros municípios. Concluiu reafirmando que a saúde financeira demonstrada no documento desmente a necessidade dos cortes implementados no último semestre, assumindo que a responsabilidade pelas opções políticas tomadas recai inteiramente sobre a atual gestão. ----------

Com a devida autorização do senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício, Firmino Jorge dos Anjos Pereira, o senhor Vereador António Fernando da Silva Rodrigues Machado dizer à senhora deputada do PS, facto pelo qual solicitou a palavra para prestar um esclarecimento sobre o âmbito temporal do debate, sublinhando que o documento em análise se refere exclusivamente à Conta de Gerência de 2025 e não ao exercício de 2026. Ressalvou que a execução orçamental apresentada reflete dez meses de gestão sob responsabilidade do Partido Socialista, instando a Assembleia a recentrar a discussão nos factos e atos administrativos ocorridos no ano transato, em vez de avaliar a atividade política do atual ano civil. Sobre a Prestação de Contas de 2025, apresentou "PowerPoint" com uma intervenção focada no estado de conservação do património municipal. Refutou a tese de que o resultado líquido de 53 milhões de euros seja fruto de uma gestão positiva, classificando-o antes como o "espelho da falta de planeamento" e do adiamento sistemático de investimentos estruturais nos últimos doze anos. Revelou que o atual Executivo herdou 122 milhões de euros em compromissos assumidos e não cumpridos, valor que supera largamente o saldo transitado. Através de uma exposição de evidências técnicas e visuais, o orador apresentou um diagnóstico crítico dos equipamentos desportivos, destacando: Pavilhões Municipais: Identificou 11 pavilhões com problemas graves de infiltrações (uso generalizado de baldes para aparar água da chuva), falta de manutenção desde 2022 e riscos de segurança. Citou o caso extremo do Pavilhão de Crestuma, onde o estado de insalubridade e degradação estrutural poderá obrigar ao encerramento imediato após vistoria administrativa. Piscinas Municipais: Reportou avarias críticas em quatro complexos, exemplificando com a falta recorrente de água quente na Piscina de Vila d'Este e falhas de climatização noutras unidades. Segurança e Dignidade: Alertou para os riscos físicos a que utilizadores e crianças estão expostos e para a interrupção frequente de jogos oficiais devido às más condições dos pisos e

coberturas. Concluiu afirmando que o excedente financeiro agora em discussão é insuficiente para colmatar o passivo de manutenção acumulado, reafirmando o compromisso de reabilitar o património público e inverter o ciclo de degradação que, em sua opinião, caracteriza o estado atual de Vila Nova de Gaia. prosseguiu a exposição detalhada sobre o estado crítico das infraestruturas municipais, apresentando evidências de negligência em equipamentos emblemáticos: Estádios e Centros de Formação: Denunciou o estado de abandono da pista de atletismo do Estádio Dr. Jorge Sampaio, anunciando a sua recuperação para 2027. Referiu que o Centro Rui Jorge e o Complexo de Valadares se encontram em ruínas, relatando um acidente com uma criança devido à degradação dos balneários neste último. Eficiência Energética e Gestão de Danos: Revelou que o Estádio de Grijó possui um sistema de painéis solares inoperacional desde 2014 por falta de uma peça de baixo custo, resultando em prejuízos acumulados por gastos de eletricidade, situação que foi comunicada ao Ministério Público. Centro de Alto Rendimento e Piscinas: Expôs imagens de degradação severa no Centro de Alto Rendimento, onde intervenções de emergência dos serviços municipais garantiram condições mínimas de higiene a grupos escolares. Reportou ainda infestações e destruição estrutural nas piscinas de Vila d'Este e da Granja. Compromisso e Estratégia Futura: O orador concluiu a intervenção assumindo o compromisso de romper com a lógica de "gestão por reação". Anunciou a implementação de um Plano de Manutenção Preventiva e de monitorização contínua, visando a segurança imediata dos utilizadores e a valorização dos ativos estratégicos do concelho. Reafirmou que o atual mandato se focará na recuperação do património público e na transparência da execução orçamental, garantindo que Vila Nova de Gaia não regressará ao estado de abandono documentado. ----------

Senhora Deputada Joana Cristina Côrte Ferreira (PS) esclareceu que os compromissos assumidos não devem ser confundidos com dívida exigível, uma vez que se encontram devidamente cimentados e aprovados em função de receitas estimadas e prazos de pagamento específicos. A oradora estabeleceu um contraste entre a atual situação orçamental e o estado das finanças municipais herdado pelo executivo anterior há doze anos, descrevendo a gestão dos recursos naquela época como uma "tarefa gloriosa" face ao saldo então disponível. Concluiu reforçando que a saúde financeira demonstrada no atual relatório de contas, apesar das críticas aos compromissos futuros, é incomparavelmente superior à realidade de mandatos passados. Sublinhou que os compromissos assumidos estão orçamentados face a receitas estimadas, distinguindo-os de dívida imediata. Recordou que, há doze anos, Vila Nova de Gaia detinha o maior endividamento per capita do país, sendo o segundo maior em termos globais, qualificando a recuperação financeira feita desde então como uma tarefa de extrema complexidade. Questionou ainda a estratégia do Executivo para a manutenção dos equipamentos municipais, interpelando o Vereador sobre se o modelo de gestão previsto se assemelha ao da extinta empresa municipal GAIANIMA Concluiu reiterando que a obra municipal não se resume aos equipamentos desportivos e apelou à memória institucional sobre a trajetória de consolidação das contas públicas do concelho. ----------

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Afurada, Eduardo José Moreira de Matos, em resposta à intervenção anterior, refutou as críticas ao modelo de gestão passado, invocando a memória da empresa municipal GAIANIMA, defendeu que, independentemente das críticas ao funcionamento dessa entidade, a mesma nunca permitiu que o património municipal atingisse o estado de "degradação extrema" documentado

na sessão. Lançou um desafio direto à bancada do Partido Socialista, instando os seus representantes a pronunciarem-se, com "honestidade e respeito pelos munícipes", sobre as evidências visuais e técnicas apresentadas relativamente ao estado dos pavilhões e equipamentos desportivos. Classificou a situação atual como "inaceitável" e apelou a que, em vez de se focarem em questões procedimentais ou históricas, os eleitos assumissem a responsabilidade pelo abandono a que o concelho foi sujeito nos últimos doze anos. ----------

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Crestuma, Pedro Miguel Barbosa Moreira fez uso da palavra para expor as carências mais prementes da localidade, pautando a sua intervenção por um espírito de colaboração institucional. Destacou quatro eixos prioritários para o desenvolvimento da freguesia: Acessibilidades e Segurança: Identificou a necessidade urgente de requalificação de vias degradadas para garantir a segurança de pessoas e bens. Mobilidade e Transportes: Defendeu o reforço da oferta de transportes públicos, sublinhando que a atual limitação de ligações ao resto do concelho prejudica particularmente os jovens e a população idosa. Infraestruturas e Lazer: Reivindicou investimentos em espaços públicos e equipamentos sociais básicos que promovam o bem-estar coletivo. Apoio ao Associativismo: Enalteceu o papel das coletividades locais e apelou a um apoio municipal mais consistente para a dinamização cultural e desportiva. O representante da Freguesia de Crestuma fez uso da palavra para expor as carências mais prementes da localidade, pautando a sua intervenção por um espírito de colaboração institucional. Destacou quatro eixos prioritários para o desenvolvimento da freguesia: Acessibilidades e Segurança: Identificou a necessidade urgente de requalificação de vias degradadas para garantir a segurança de pessoas e bens. Defendeu o reforço da oferta de transportes públicos, sublinhando que a atual limitação de ligações ao resto do concelho prejudica particularmente os jovens e a população idosa. Infraestruturas e Lazer: Reivindicou investimentos em espaços públicos e equipamentos sociais básicos que promovam o bem-estar coletivo. Apoio ao Associativismo: Enalteceu o papel das coletividades locais e apelou a um apoio municipal mais consistente para a dinamização cultural e desportiva. Concluiu reiterando a total disponibilidade da Junta de Freguesia para trabalhar em parceria leal com a Câmara Municipal, sublinhando que o investimento em Crestuma é fundamental para o desenvolvimento harmonioso de todo o município de Vila Nova de Gaia. ---

Senhor Deputado António Fernando dos Santos Rocha (PSD) defendeu o legado histórico da gestão municipal anterior a 2013, manifestando orgulho na obra realizada. Criticou a postura do Partido Socialista, afirmando que a bancada não assume a responsabilidade pelos seus doze anos de governação e mantém uma "contradição política" ao questionar a falta de medidas (como a gratuidade dos passes) que não implementou enquanto deteve a maioria. Defendeu a legitimidade do atual Executivo para ajustar os quadros de pessoal e a estrutura orgânica às exigências do novo projeto político, sublinhando que este é o momento de execução e realização. Concluiu apelando ao Partido Socialista para que realize uma reflexão sobre o seu passado recente e reiterou que o trabalho deste Executivo deverá ser julgado pelos resultados ao final do mandato, e não pela obstrução sistemática às decisões de gestão e organização interna da autarquia. ----------

Senhora Deputada Marta Cristina Pereira Marques (CH) interveio para manifestar a sua indignação face às evidências visuais da degradação dos equipamentos municipais. Falando na qualidade de cidadão e eleito, refutou o argumento de que a transição de um saldo de 92 milhões de euros constitua, por si só, um indicador de boa gestão. Afirmou que a prioridade de qualquer executivo deveria ser o serviço direto às populações e a manutenção do património público, e não a acumulação de excedentes à custa do abandono das infraestruturas. Criticou o legado dos últimos doze anos, questionando o destino dos impostos pagos pelos gaienses perante o cenário de "fazer zero". Lamentou que a oposição exija agora medidas de gratuidade e reabilitação que não executou quando detinha o poder, reiterando que o compromisso da atual gestão é garantir que, nos próximos quatro anos, os recursos municipais sejam efetivamente aplicados na melhoria da

qualidade de vida e na recuperação da dignidade do concelho, rompendo com o paradigma de cobrança fiscal sem o correspondente retorno em investimento público. ----------

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Grijó, Jorge Filipe Gomes Castro tomou a palavra para denunciar a carência de infraestruturas básicas na sua freguesia em pleno século XXI. O autarca destacou situações críticas de ausência de água potável, exemplificando com a Travessa do Centro Social de Grijó, e a falta de rede de saneamento básico em diversos locais, classificando estes serviços como bens de primeira necessidade. Relativamente à rede viária, o orador apontou o estado de degradação e a desadequação dos arruamentos de acesso às autoestradas e às zonas industriais, maioritariamente pavimentados em cubos de granito e carentes de passeios. Sublinhou a inexistência de vias estruturantes que liguem o centro de Grijó a Nogueira e a São Félix da Marinha, referindo especificamente as Ruas Dr. Castro Correia, Dr. Jorge Fonseca Jorge e Dr. Manuel Ramos. Concluiu instando o Executivo a realizar o investimento público necessário para garantir a qualidade de vida e a segurança dos habitantes de Grijó, reiterando que estes cidadãos merecem o mesmo padrão de desenvolvimento das restantes áreas do concelho. ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) a sua intervenção reafirmou que o relatório de 2025 desmente o discurso de "falência" ensaiado pelo atual Executivo. O orador recordou o legado de investimento estrutural dos últimos doze anos, citando a qualificação das escolas e a construção de vias como a VL3 e a VL8, e sublinhou que é a saúde financeira apresentada com o crescimento sustentado da receita e o saldo de gerência que permite a Vila Nova de Gaia continuar a crescer. Enfatizou que, perante os números oficiais, cessaram os argumentos de incapacidade financeira para justificar as atuais opções políticas. Acusou o PSD de promover um agravamento de impostos, contrastando-o com o desagravo fiscal realizado pela gestão socialista. Concluiu afirmando que as decisões de cortes nos passes sociais, no apoio ao associativismo desportivo e na política social são escolhas exclusivas da atual maioria, reiterando que o Executivo não poderá voltar a escudar-se numa suposta "gestão desastrosa" do passado para justificar a redução do investimento público no presente mandato. ----------

Senhor Deputado António Fernando dos Santos Rocha (PSD) rejeitou a visão de gestão apresentada pelo Partido Socialista, criticando a ideia de que o concelho viveu um período de prosperidade plena nos últimos doze anos. Reiterou que o aumento das receitas não decorreu de processos espontâneos, mas de dinâmicas que ignoraram a preservação do património público, conforme demonstrado pelas evidências de degradação estrutural exibidas. Concluiu afirmando que o Executivo não está a "ensaiar" um discurso, mas sim a executar um plano de desenvolvimento rigoroso, suportado pelo programa eleitoral que mereceu a confiança maioritária dos cidadãos. Sublinhou que o mandato conferido pelos gaienses visou, precisamente, uma mudança de paradigma na gestão municipal, focada na recuperação do concelho e na implementação de uma estratégia de futuro que rompa com o estado de abandono herdado. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício, Firmino Jorge Anjos Pereira afirmou que os eleitos do Partido Socialista não podem eximir-se da responsabilidade pelos últimos doze anos de governação, caracterizados por opções políticas que classificou como erradas. Contrastou o ciclo económico favorável da última década com o período de crise financeira e cortes orçamentais enfrentado entre 1998 e 2013, sublinhando que a anterior gestão não aproveitou a conjuntura para investir no concelho. Corroborou o diagnóstico de "abandono" apresentado pelo Executivo, referindo que as carências reportadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Crestuma confirmaram a falta de investimento retratada no relatório. Sugeriu, simbolicamente, a realização de duas votações distintas: uma sobre a validade técnica e financeira das contas e outra sobre o desempenho político e o estado de conservação do concelho. Concluiu advertindo que o

diagnóstico apresentado sobre os equipamentos desportivos constituiu apenas o primeiro de vários levantamentos que demonstrariam a degradação noutras áreas, como arruamentos, escolas e saúde. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.1. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 55 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 01 voto contra da CDU e 01 abstenção do LIVRE. ----------

3.2. "Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município de Vila Nova de Gaia, referente ao ano 2025". ----------

Foi apreciada a "Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município de Vila Nova de Gaia, referente ao ano 2025", referente ao Ponto 3.2. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, referiu que, sendo já meia-noite e catorze minutos, a sessão seria prolongada até à discussão do ponto 3.5 da ordem de trabalhos, com vista à conclusão dos pontos considerados prioritários. Esclareceu que, após a apreciação desses pontos, a sessão seria interrompida, retomando-se na reunião subsequente. ----------

3.31. "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto aos Instrumento de Gestão Previsional Económica e Financeira para o exercício de 2026 das Águas de Gaia, Empresa Municipal, S.A".

Senhor Deputado Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes (LIVRE) solicitou um esclarecimento ao Executivo sobre a estratégia futura para o setor da limpeza urbana. O orador questionou se a autarquia planeia a municipalização da gestão e recolha de resíduos sólidos urbanos e se essa transição será operada através da empresa municipal Águas de Gaia, EM, S.A. Sublinhou que esta questão é central para a análise dos instrumentos de gestão previsional da referida empresa, visando compreender o impacto de uma eventual integração desta nova valência na estrutura de competências e no planeamento económico-financeiro das Águas de Gaia para o exercício de 2026. ----------

Senhora Deputada Jéssica Silva Soares (CH) agradeceu à administração das Águas de Gaia, EM, S.A. pela receção em reunião no dia 14 de abril, confirmando que o plano estratégico apresentado é fiel aos documentos em análise. Manifestou agrado pela mudança de paradigma na gestão dos dinheiros públicos, destacando o foco na redução de despesa e na eficiência operacional. Considerou a redução tarifária de 5 euros como um primeiro passo para a reorganização estrutural da empresa, com vista à renegociação do contrato de recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU) em julho/agosto, data em que termina o contrato com a operadora SUMA. O interveniente defendeu que, sendo as tarifas de RSU em Gaia das mais elevadas do país, o novo contrato deverá obrigatoriamente gerar poupanças drásticas. No plano da gestão patrimonial, classificou como prudente a suspensão do contrato de 9,2 milhões de euros para a requalificação da sede, criticando o contraste entre projetos de edifícios luxuosos e as "más condições de instalação" dos operacionais em unidades como Avintes, Vila d'Este e Madalena. Concluiu afirmando que a prioridade deve ser a mitigação da falta de condições básicas de higiene e alimentação destes trabalhadores, garantindo que o partido manterá uma fiscalização atenta à gestão da empresa pública. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício, Firmino Jorge Anjos Pereira prestou esclarecimentos sobre a estratégia para o setor da limpeza urbana, assegurando que a empresa municipal Águas de Gaia, EM, S.A. manterá as suas atuais funções e natureza jurídica, sem alterações na sua missão estrutural. Relativamente à recolha de resíduos sólidos urbanos, informou que a autarquia irá lançar um novo concurso público internacional, o qual apresentará variantes face ao modelo atual e à proposta anteriormente aprovada e anulada pelo Conselho de Administração. Reafirmou que a empresa municipal se encontra estável no seu funcionamento e que o novo procedimento concursal garantirá a continuidade e a eficácia do serviço de recolha no concelho. ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) pronunciou-se sobre os instrumentos de gestão previsional das Águas de Gaia, EM, S.A., focando a sua análise na exequibilidade da redução da fatura dos munícipes. O orador clarificou que a descida anunciada não incide sobre o tarifário da água em si, mas sim sobre a taxa de resíduos sólidos urbanos (RSU), com uma redução projetada entre 5 e 7,5 euros. O interveniente alertou para o facto de esta medida representar uma quebra de receita de cerca de 7 milhões de euros, questionando como será compensado este diferencial. Manifestou a preocupação de que tal alteração possa vir a exigir um aumento das transferências financeiras da Câmara Municipal para a empresa municipal, caso não resulte de uma poupança efetiva na renegociação dos contratos com os operadores de recolha. Concluiu afirmando que o partido acompanhará com expectativa a execução deste plano, esperando que a promessa eleitoral de redução de custos para as famílias se concretize sem comprometer o equilíbrio financeiro da autarquia. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício, Firmino Jorge Anjos Pereira respondeu às dúvidas suscitadas, afirmando que o objetivo de reduzir a fatura da água já foi concretizado e que os munícipes já sentiram esse impacto. Criticou a postura do Partido Socialista, considerando que a preocupação demonstrada com a perda de receita e com a compensação financeira das Águas de Gaia revela uma oposição implícita à descida dos custos para os cidadãos. Reiterou que, sob a gestão socialista, tal redução nunca teria ocorrido devido à priorização do equilíbrio financeiro em detrimento do alívio fiscal das famílias. Concluiu reafirmando a determinação do Executivo em manter a trajetória de descida de custos, independentemente das críticas sobre o modelo de financiamento da empresa municipal. ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) na sua intervenção reforçou a preocupação com a sustentabilidade da gestão atual, traçando um paralelo histórico com o elevado endividamento per capita registado no último período de governação do PSD no concelho. Contrastou essa realidade com o saldo de gerência de 92 milhões de euros deixado pela gestão socialista em 2025, afirmando que a solidez financeira atual desmente a retórica de "falência" e deveria permitir políticas públicas mais ambiciosas. Refutou a ideia de que a redução da fatura da água seja um mérito exclusivo do atual Executivo, lembrando que o PS já havia proposto e implementado desagravamentos fiscais no passado. Criticou o que designou como "cumprimento da promessa pela metade", argumentando que o Executivo se limitou a baixar a taxa de resíduos através do aumento de transferências da Câmara para as Águas de Gaia, em vez de reduzir as despesas operacionais da empresa como havia prometido. Concluiu afirmando que, na prática, muitos munícipes têm registado aumentos no valor final das faturas e que o partido continuará a denunciar a incoerência entre o discurso de austeridade e a real abundância de recursos evidenciada nas contas municipais.

Senhor Deputado José Alberto Pereira Mota da Costa (CDU) pronunciou-se sobre os instrumentos de gestão previsional das Águas de Gaia, EM, S.A., manifestando reservas quanto à forma como as opções políticas estão

a ser implementadas. Alertou para o "profundo mal-estar" entre os trabalhadores da empresa municipal, citando uma mensagem enviada a todos os grupos parlamentares que relata situações preocupantes no ambiente laboral. Sublinhou que a CDU acompanhará com rigor o período de transição na gestão da empresa, estabelecendo como prioridades absolutas a garantia da qualidade do serviço público prestado aos munícipes e o respeito integral pelos direitos e garantias dos trabalhadores. Concluiu afirmando que o funcionamento diário da empresa depende da dignidade laboral dos seus profissionais, motivo pelo qual o partido manterá uma vigilância ativa sobre as novas diretrizes da administração, conforme documentos em anexo (**vide anexo 26**). ----------

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Afurada, Eduardo José Moreira de Matos, respondeu com um desmentido à retórica da oposição, apresentando dados sobre a evolução dos preços da água no mandato anterior. Recordou que, no início de 2024, Vila Nova de Gaia liderou as subidas de preços na Área Metropolitana do Porto, com um aumento de 20% no segundo escalão de consumo. Sublinhou ainda que, entre 2022 e 2024, se registaram aumentos significativos na taxa de gestão de resíduos, questionando a legitimidade das críticas atuais vindas de quem geria a autarquia nesse período. A terminar, afirmou que o orçamento de 2026 consagra a maior redução de sempre no preço da água em Vila Nova de Gaia. Apelou ao "pudor" e à "honestidade intelectual" no debate político, em respeito pelos munícipes que acompanham os trabalhos da Assembleia, reiterando que os factos demonstram uma inversão da tendência de agravamento de custos para as famílias que marcou a gestão socialista. ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) na sua intervenção a sua intervenção clarificando o enquadramento legal das alterações tarifárias. Explicou que as subidas de preço mencionadas pelo Executivo decorreram de decisões da entidade reguladora, que é um organismo independente e cujas fixações de tarifário não dependem da vontade direta da Câmara Municipal. Recordou que, apesar dessas imposições externas, o Partido Socialista baixou a taxa de resíduos sólidos urbanos durante o seu período de governação. Concluiu lamentando o que considerou ser um desconhecimento das competências institucionais por parte do Executivo, instando à consulta do enquadramento legal que rege o setor das águas e resíduos. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.31. ----------
Votação: Aprovado por Maioria, com 33 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP), e 24 abstenções (22 do PS, 01 do LIVRE e 01 da CDU). ----------

3.6. "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Abertura de Procedimento Concursal para Constituição de Reserva de Recrutamento na Modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo/Incerto, a Tempo Integral ou Parcial de Técnicos(as) especialmente habilitados(as) no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), de Apoio à Família e de Atividades Técnicas Especializadas para o próximo ano letivo de 2026/2027". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.6. ----------
Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.7. "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Abertura de Procedimento Concursal para Constituição de Reserva de Recrutamento de Trabalhadores em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto, na Carreira/Categoria de Assistente Operacional (Auxiliar de Ação Educativa), para suprir necessidades futuras e transitórias de pessoal nos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas do Município de Vila Nova de Gaia". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.7. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Declaração de Voto do Deputado Único da CDU, conforme documentos em anexo (**vide anexo 27**). ----------

3.3. "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Alteração da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.3 ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.4. "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Despacho de Revogação da Deliberação de Câmara de 09.02.2026 e Revogação dos Procedimentos em curso com a exceção do Procedimento n.º 14/2023". ----------

Senhor Deputado José Alberto Pereira Mota da Costa (CDU) interpelou o Executivo sobre os fundamentos da revogação dos concursos de recrutamento, contestando o argumento de que o reforço de pessoal não corresponderia às necessidades reais do município. Questionou a eficiência da desistência da contratação de 24 bombeiros sapadores, sublinhando que a segurança de pessoas e bens deveria ser a prioridade máxima da autarquia. Estendeu a sua preocupação ao cancelamento dos recrutamentos de dez trolhas para a Divisão de Trânsito e de três técnicos superiores de Proteção Civil. No primeiro caso, indagou sobre quem asseguraria a manutenção das infraestruturas rodoviárias, alertando para o risco de uma eventual externalização do serviço resultar em custos mais elevados e menor qualidade. No segundo, defendeu que o planeamento e a prevenção de riscos são fundamentais para o concelho. Concluiu afirmando que a verdadeira eficiência do poder local reside na valorização dos trabalhadores e na contratação de profissionais para as tarefas essenciais, e não na interrupção de processos de recrutamento em áreas críticas. ----------

Senhor Deputado Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes (LIVRE) sobre a revogação dos procedimentos concursais, reconhecendo a legitimidade política do Executivo para reorganizar os serviços municipais à entrada de um novo mandato, mas advertindo para as consequências dessa decisão. Sublinhou que a anulação dos concursos constitui uma quebra de expectativas para centenas de cidadãos que investiram tempo e esforço nos processos de recrutamento, agora defraudados. O interveniente classificou a medida como uma "vitória de Pirro", sugerindo que o Executivo privilegia a vontade política imediata em detrimento do impacto humano e institucional. Concluiu afirmando que o Executivo deverá arcar não apenas com o custo político desta decisão, mas também com as suas implicações éticas e morais perante os candidatos e a comunidade, reiterando que a legitimidade governativa não anula a responsabilidade sobre o prejuízo causado aos particulares. ----------

Senhor Deputado Alexandre Miguel Capacho Vila Real (CH) manifestou a sua oposição à proposta de anulação do concurso para o preenchimento de 24 vagas no Batalhão de Sapadores de Gaia. Referiu que o procedimento se encontra na fase final, restando apenas os exames médicos, e classificou a decisão como lesiva para os candidatos que investiram recursos no processo. Argumentou que a anulação ignora o planeamento técnico e a realidade operacional, destacando que existem 55 postos por preencher no mapa de pessoal e que se prevê a reforma de cerca de 50 efetivos nos próximos anos. Refutou a tese de falta de meios financeiros, apontando o saldo líquido municipal de 52 milhões de euros como prova de que a medida é uma opção meramente política e não orçamental. Concluiu apelando à Assembleia para que não comprometa a segurança das populações e a renovação geracional do corpo de bombeiros, reafirmando que o CH votará contra a proposta por considerar que a mesma coloca em risco a eficácia do socorro no concelho. ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) manifestou a sua oposição à revogação dos procedimentos concursais, argumentando que estes correspondem a necessidades reais do município, tecnicamente identificadas e validadas pela instituição Câmara Municipal. Defendeu que a continuidade administrativa deve transcender a alternância de mandatos e classificou a decisão do Executivo não como uma opção política legítima, mas como um ato de "desrespeito institucional" perante o trabalho realizado e as expectativas dos candidatos. Refutou os argumentos da maioria, assinalando que os concursos visam funções operacionais (como a de trolhas para manutenção) que o próprio Executivo admitira serem escassas. Contestou ainda que a mobilidade interna ou a residência dos candidatos constituam fundamentos válidos para a anulação. Concluiu afirmando que o Executivo não logrou apresentar um objetivo político claro que justifique a interrupção destas admissões, sublinhando que a anunciada reestruturação de serviços não seria impedida pela integração dos novos profissionais. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.4 ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 29 votos a favor (23 do PSD, 03 da IL e 03 do CDS-PP) e 28 votos contra (22 do PS, 04 do CH, 01 do LIVRE e 01 da CDU). ----------

Declaração de Voto do Deputado Único da CDU, conforme documentos em anexo (**vide anexo 28**). ----------

3.5. "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Abertura de Procedimentos Concursais para provimento dos Cargos de Direção Intermédia de 1.º, 2.º e 3.º Graus e Aprovação da Composição dos respetivos Júris de Recrutamento". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.5. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU), e 23 abstenções (22 do PS e 01 do LIVRE). ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, informou que o Senhor Deputado do CDS-PP pretendia usar da palavra para uma declaração de voto. ----------

Senhor Deputado Manuel Joaquim Freitas dos Santos, (CDS-PP) declarou tratar-se de uma alteração de voto relativamente à moção apresentada pelo PS sobre o estudo relativo às trotinetes elétricas, informando que o sentido de voto passava a ser favorável. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, registou a alteração do sentido de voto do Grupo Municipal do CDS-PP. ----------

Não havendo mais a tratar, o presidente da Assembleia Municipal em exercício, deu por encerrados os trabalhos, pelas **00 horas e 50 minutos**, do dia **30 de abril de 2026**, sendo lavrada a presente ata, e que, depois de lida em voz alta, vai ser assinada pelo, a Primeira Secretária da Mesa em exercício e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, conforme documentos em anexo (**vide anexo 29**). ----------

A Primeiro Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, em Exercício

(Ana Paula de Paiva Godinho da Silva Dias, Dr.ª)

O Presidente da Assembleia Municipal, em Exercício

(Paulo Alexandre de Azevedo Pereira dos Santos, Dr.)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 1

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Exmos. Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,

Na qualidade de Munícipes residentes ou cidadãos com ligações ao Lugar de Alheira, a Oeste da freguesia de Pedroso, confrontante com as zonas sudeste e nordeste da freguesia de Avintes, vimos expor e solicitar a intervenção do Município para a seguinte situação:

É de conhecimento público que a Avenida Vasco da Gama, EN222, é das vias com maior tráfego, quer pelos acessos às Autoestradas, quer pelos parques empresariais e industriais existentes ou pelos residentes.

A acrescer a este facto, também se trata de uma das estradas com maior sinistralidade no Município, nomeadamente atropelamentos, alguns dos quais mortais (Atropelamento mortal na EN222 em Gaia: "A segurança é má e têm ocorrido muitos acidentes" - JN).

A referida via é servida por transportes públicos nos 2 sentidos. Ora, como é lógico, obriga a que os utentes atravessem a estrada nacional para o acesso às paragens dos autocarros.

Atendendo ao fluxo de tráfego, e ao percurso sem passadeiras suficientes ou mesmo inexistentes ao longo do percurso, muitas vezes os utentes vêm-se obrigadas a atravessar fora das passadeiras, para ter acesso às paragens de autocarro, colocando em risco a sua vida e dos condutores.

A título de exemplo, para aceder à paragem de autocarro sita junto à Rua das Alheiras, no sentido Olival – Avenida da República, os utentes têm que atravessar a estrada nacional 222 fora da passadeira, ou percorrer 1.1 km a pé, até à passadeira mais próxima, que se encontra junto à Travessa Fonte dos Casados.

Poderemos, assim, questionar o porquê da existência das paragens, em locais que colocam em risco a vida dos utentes.

Também a iluminação pública existente revela ser insuficiente. Se utilizarmos o troço entre a Rua das Arroteias e a Rua das Alheiras, verificamos que a iluminação pública é insuficiente para, em período noturno, ver os peões que utilizam as poucas passadeiras existentes neste troço.

Assim, solicitamos a intervenção do Município, para que adote as medidas que considere necessárias, que visem o aumento da segurança dos utentes desta fatídica estrada, quer os peões, quer condutores.

Petição para o aumento da segurança rodoviária na Estrada Nacional 222

Nota: Esta petição é composta por 6 páginas



Assim, solicitamos a intervenção do Município, para que adote as medidas que considere necessárias, que visem o aumento da segurança dos utentes desta fatídica estrada, quer os peões, quer condutores.

Como medidas, deixamos como sugestões de melhoria que devem ser ponderadas para a resolução das situações expostas:

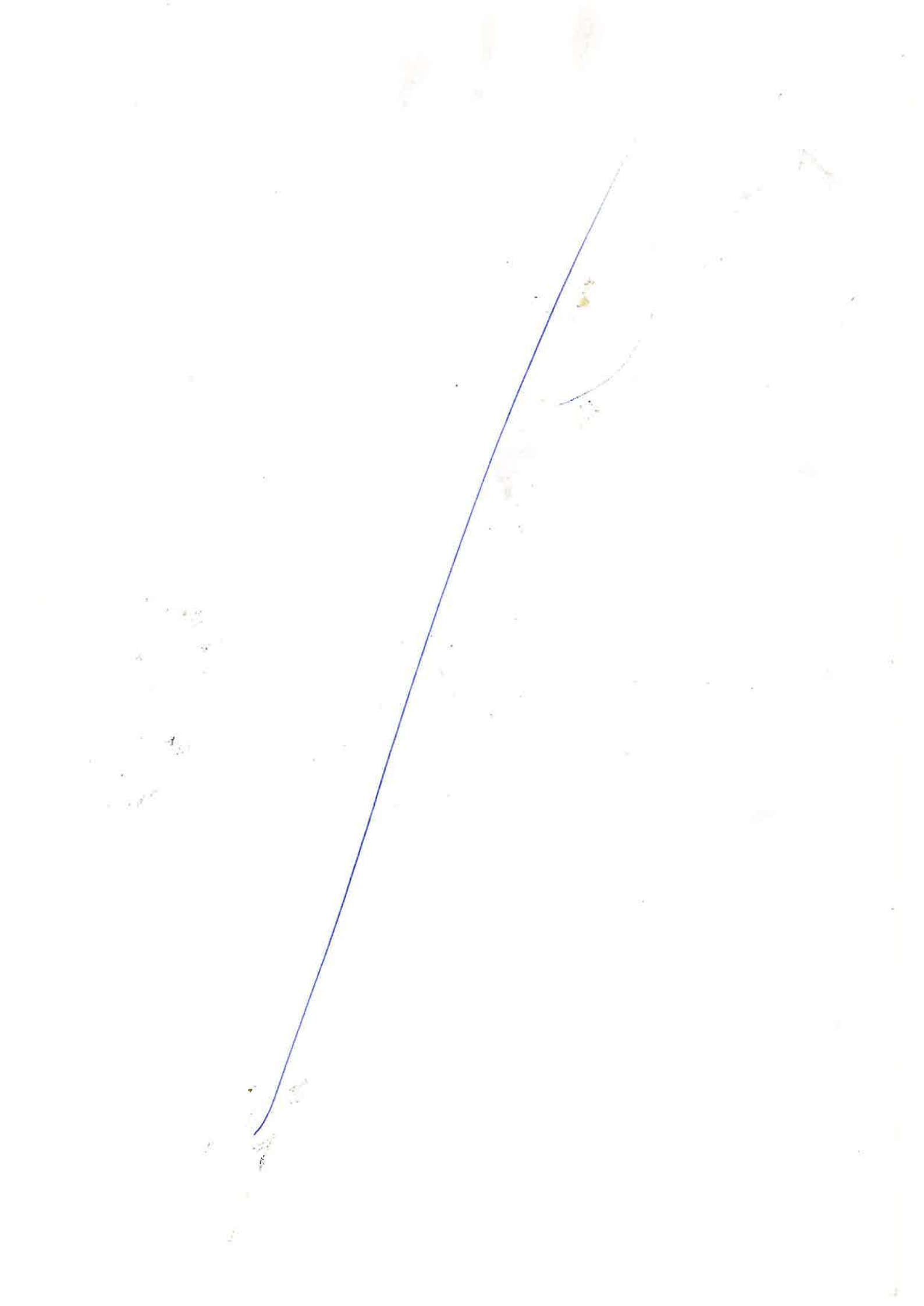
a) Reforço da iluminação publica, para melhoria da visibilidade junto das passadeiras;
b) Nas passadeiras existentes, colocação de lombas junto das mesmas, de forma a obrigar a redução da velocidade;
c) Criação de rotundas nos locais onde não existe segurança para os peões e/ou condutores.

Aguardamos pelos vossos melhores ofícios.

Vila Nova de Gaia, 29 de abril de 2026

Os subscritores

Nome completo	N.º CC	Assinatura
Elisabete Maria Pinheiro Ferreira	10416263	
Susana Maria	16172329	
Jorge [illegible]	16957730	
Manuel Lourenço Correia Isabel	187356661	
Jessica Pereira Isabel	30064584	
Elisabete M. S. Pereira Isabel	20687411	
Inocencio Jose Castro Fernandes	11015888	
ANA PATRICIA PEREIRA	21535408	
LILIANA PATRICIA SANTOS CASTRO	17868293	
Nuno Miguel de Melo Duarte	11 331778	
Bruno Filipe Rodrigues Coelho	22140104	
Serafim Jose Rocha	20887936	
Ricardo Jose Silva Vidinha	10846850	
Adriano Barros da Silva	15661093	
Estrela Maria dos Santos P.	19828003	
[illegible]		
Sandra Catarina Oliveira Chumbo	214686760	
Pedro Emanuel Rodrigues Pinheiro Ferreira	91772867	
Paulo Jorge dos Santos	214292914	
Ana Rita Oliveira Coelho	25940772	
Maria Cristina Soares Rocha	20189606	
Antonio Manuel Pinto Gomes	11151061	

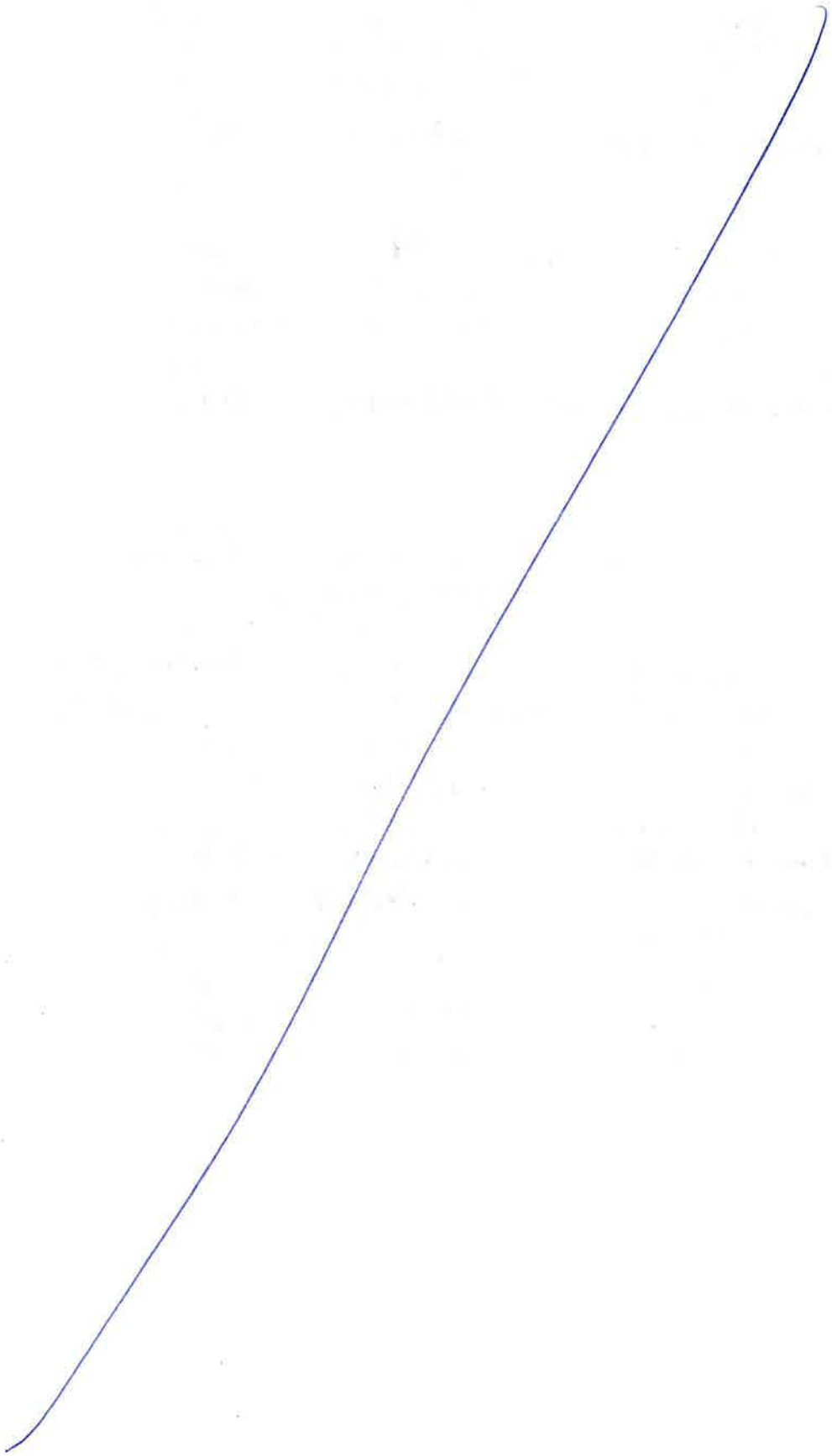


Nome completo	N.º CC	Assinatura
Maria de Fátima da Silva Moreira	19770301	
Clarisse Maria Oliveira Pinto	23215789	Clarisse Pinto
Rubem Colaço	19799283 7	Rubem Colaço
Rúben Silva	14308472	Rúben Silva
Carlos Manuel Borges Moreira	15726793	Carlos Moreira
João Rocha da Costa Rocha	25625 3595	João Rocha
Sérgio Diogo da Silva Dias	15486741	Sérgio Dias
Domingos Joaquim Rodrigues da Silva	27195 3462	Domingos
Carlos Manuel Pinto Paulo	13198 2648	Carlos Paulo
Bruno Miguel Alves Oliveira	25 2567565	BRUNO
João Marcelo Santos Gomes	28154 0705	João Gomes
Fábio António Barmento Ribeiro	22729 0545	Fábio Ribeiro
Luís Miguel da Silva Moreira	26140 6987	Luís Moreira
Marco António dos Santos Ferreira Sousa	24095084	
Cristina Maria da Silva Pereira	12176346	Cristina Pereira
FRANCISCO DE PAULA	29546783	
Júlio Adérito dos Santos Silva	27673251	Júlio Silva
Joana Pinto Monteiro	13588083	
Alcina Sofia da Silva	21726343	
Carla Fátima Ferreira Moura	19837 6623	Carla Moura
Emma Sabiliana Sousa Mala	21737 7980	Emma Mala
Ricardo Filipe Rodrigues Machado	24858857	
Luís Miguel Carneiro	27090 6326	
António Paulo Santos Alves	13738835	
Diogo André Marques Dias	26021 8189	Diogo Dias
António Cantil Pinto	150 48 6246	
Jerónimo Meireles Sousa	22145 5612	
Manuel Paulo Alves Pinto	20200 6710	
HUGO MENDES	22015 2489	
Joaquim José Rebelo Costa	19715 3765	
Márcio André Moreira Ribeiro	26371 4209	Ribeiro
Rui Ricardo Oliveira Costa	21092 9715	
Hugo Filipe Ferreira Fontes	24985 9874	
Pedro Miguel Mota Oliveira	26092 3656	Pedro Oliveira
Constantino Manuel da Cruz dos Santos	12735 2945	
Rogério Paulo Pereira Lamela	10221 901	
Manuel Augusto dos Santos Pola	18895 8169	
José Manuel da Silva Ribeiro	11881 080	
Hugo Miguel dos Santos Silva	12068 110	Hugo Silva
Edgar Bastos Costa	11008 259	Edgar Costa

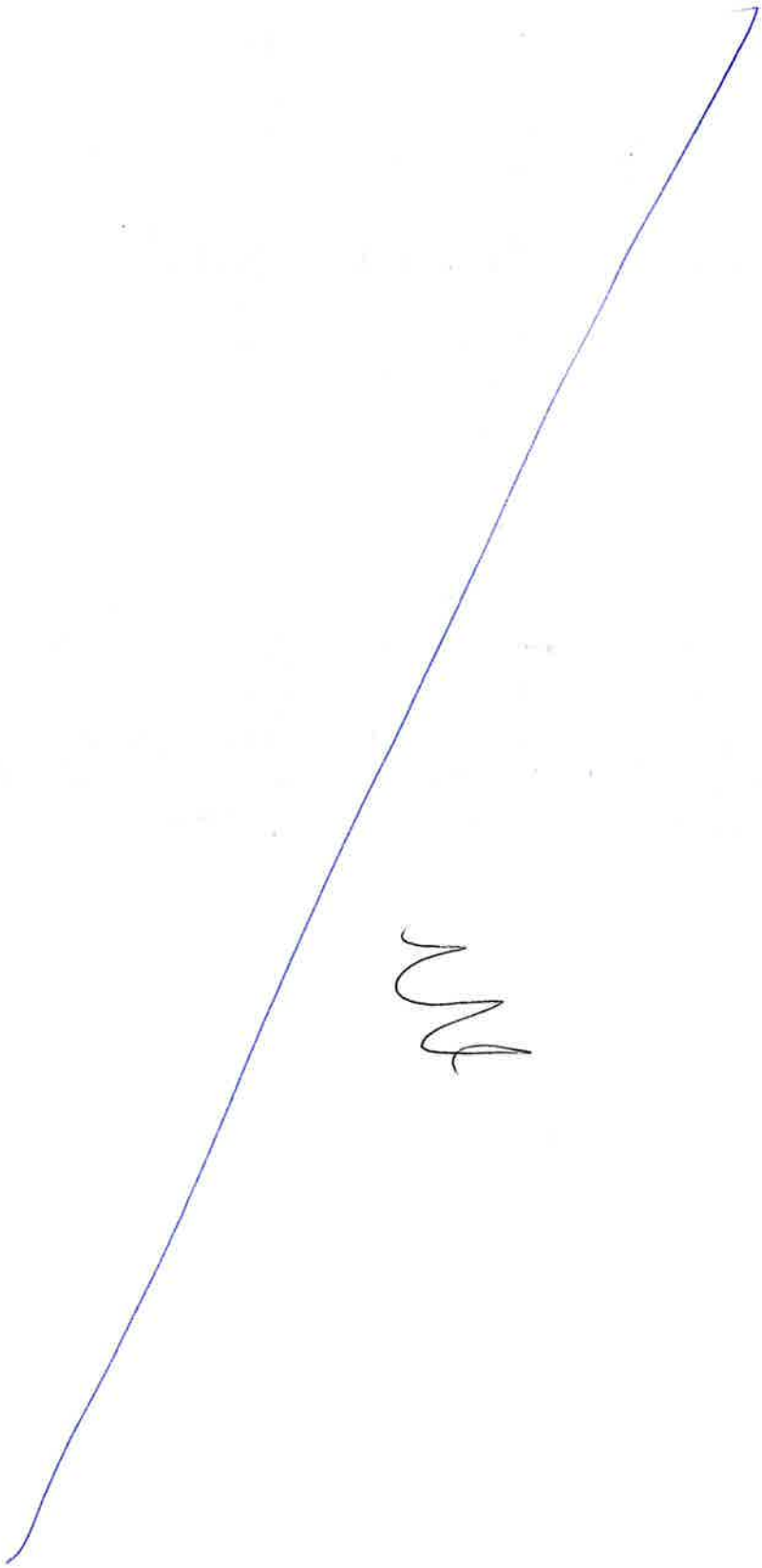
Nome completo	N.º CC	Assinatura
João Pedro Soares Duarte	27041562	
Simão Pedro Silva Sousa	21624712	Simão Sousa
Rui Manuel Silva Gomes Sousa	21233130	
Aldon Victor Santos da Silva	31087579O	
João Pedro Melo Magalhães	25656634	
Pedro Miguel da Cruz Alves	25126933	
André Filipe Barbosa Martins	23119013	
Helder Filipe Lucena Castro	25007795	Helder Castro
Ricardo Jorge Nogueira Oliveira	25470054 3	
José Paulo Almeida Pereira	18059906	
Fernandina Maria Pereira Gonçalves Dias	10363409	
Raquel Sofia Pardeiro Lopes	30399520	Raquel Lopes
Ricardo Miguel Sousa Silva	21012280 3	
Diogo Filipe Pedro Penedo	232808570	Diogo Penedo
Daniel Almeida de Sousa	19812553 4	
José Fernandes	12313889	
José António Freitas e Silva	08688614	
José Alexandre dos Santos Xavier	10129834	
Adelaide Maria Fonseca M. Carvalho	20064220	
Luís Filipe Vieira Moreira	23056258 2	
André Filipe Soares Silva	26893634	
Pedro Jorge Fernandes Dias	24074285O	
João Pedro Almeida Brito	15227679	J. Brito
Jorge Nogueira	20714150 9	
Fernando Miguel Lopes da Silva	22429255 5	
Paulo Santos	31203387 7	Paulo Santos
Mário Alexandre	11045745	
Cesar Joaquim Oliveira Cancela	09357650	

Petição para o aumento da segurança rodoviária na Estrada Nacional 222

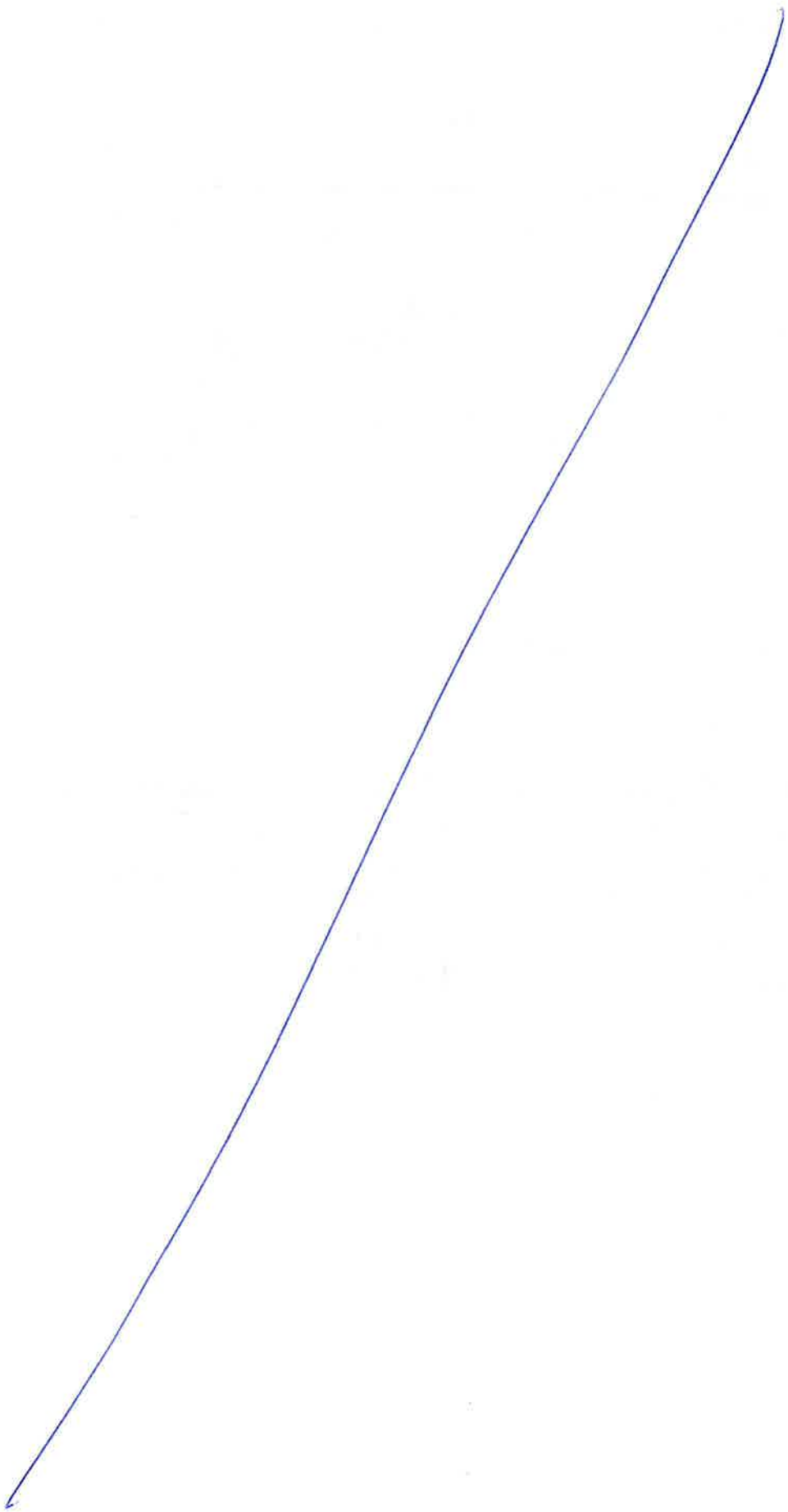
Nota: Esta petição é composta por 6 páginas



Nome completo	N.º CC	Assinatura
Marlene Margarida Ribeiro Caldas	11245672	
Marisa Martins Gomes	11799116	
Ondina Oliveira	11215079	
Nuno Sousa	15792233	
Susana Cristina Pinto de Pedrosa	9622586	
Joaquim Armando C. Santos	91411 6630	
Raquel Oliveira	26675742	
Andreia Susana Pires da Costa	11263209	
Ana Filipa Silva da Costa	12787832	
Ana Filipa Rodrigues da Silva	14387743	
João Ricardo Lunha Neves	30759422	
Marta Pedrosa e Pereira	14346567	
Daniela Ramos Costa	201607230	
Ana Maria Marques Couto	10114023 1	
Miguel Luiz Gonçalves Oliveira	248381857	
[illegible] Paulo Oliveira	10193235	
Angélica Rita Carvalho	15039957	
Bruno Alexandre Monteiro Lima	11737721	
Fabiana Rocha Oliveira	26501729 4	Fabiana Oliveira
[illegible]	18477581 7	
Sandra Cristina Silva Neves	15245515 2	
Bruno Diogo Ferreira Pinto	21125728 8	Bruno Pinto



Nome completo	N.º CC/NIF	Assinatura
André Castro Jr	22776825	
Inês Pereira	214761134	
Ana Catarina Zambo	23606785	catarinaZambo
Paulo Jorge da Silva Maia	258377224	
Liliana Maria Santos Costa	219066272	Costa
Miguel Rodrigues Pinheiro Ferreira	263727939	Miguel Ferreira
Mónica Alexandra Pereira Silva	35038350	
CARLOS ANDRÉ SILVA ROCHA DEUS	227994368	
Liliana Raquel T Silva	230431330	
Ana Catarina Duarte da Silva	262269589	Ana Silva
Antonio Joaquim S. [illegible]		
Andre Filipe Sousa Brochado	14028263	
Mario Maia Costa Duarte		Mario Duarte
Antonio Aldo Lopes Reis	20580425 3	
JOANA ISABEL ROCHA DA SILVA	254263348	JOANA SILVA
Maria de Fátima Santos Pereira Teixeira	20026293 9	Fátima Teixeira
Carlos Alberto Coelho da Fonseca	9029105	
Daniela Sofia Pereira Araújo	30682815	Daniela Araújo
Gonçalo Vieira Cardoso	25148331 2	Gonçalo Cardoso
SORAIA ALEXANDRA CAMACHO DOS SANTOS	25535520	SORAIA SANTOS
Vitor Hugo Oliveira Domingues	25[illegible]5117	
Rafaela da Silva Barbosa	24656666 9	
Francisco Rafael Correia Bruno	11083042	
Carla Andreia Silva Vieira	11123441	Carla Vieira
Ricardo José Couto Ferreira	30[illegible]34175	Ferreira
Ana [illegible]nda Silva Oliveira	17153185 0	
José Carlos Santos Pinto		
Francisco Oliveira Martins	05618788	



Intervenção – Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia Abril de 2026

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 2

Muito boa noite a todos.

Antes de iniciar, cumpre-me registar um agradecimento público aos funcionários desta autarquia, bem como ao executivo, pelas intervenções realizadas nas Ruas do Pinhal e a realizar na rua do Jardim, em Vilar do Paraíso. É este o trabalho de proximidade que se espera.

Neste mesmo espírito de colaboração, manifesto aqui a minha confiança — por antecipação — de que este executivo será diligente na colocação de passadeiras e, ou, lombas na Rua da Gandra (lugar da Ilha), junto à paragem do 905. A segurança de quem ali atravessa diariamente, no meio de um fluxo rodoviário intenso, não pode esperar mais.

Senhoras e Senhores Deputados:

Trago comigo um contrato de consultoria jurídica. Datado de 10 de outubro de 2025 — escassos dois dias antes das últimas eleições. Um contrato de 65.000,00€ + IVA, com duração de 26 meses. Pergunto: faltava competência aos serviços jurídicos da casa ou sobrava pressa em comprometer o futuro?

Este executivo herdou um piso rodoviário municipal em estado deplorável e perigoso. E a pergunta que os Gaienses fazem é simples: onde foram parar os milhões de euros de IUC pagos nos últimos 12 anos? Os cidadãos foram crentes, mas sentiram-se enganados. Eu, pessoalmente, só sou crente perante um executivo que seja, de facto, diligente.

Senhor Presidente:

Sabemos que está atento. Estamos convictos de que encontrará as melhores soluções para que os Gaienses não continuem a ser prejudicados por procedimentos herdados do passado. Porque a realidade, muitas vezes, é diluída pela ficção.

Vilar do Paraíso, em pleno século XXI, é a 8ª freguesia do concelho em população, mas vive num deserto de serviços: não tem creches, não tem centros de dia, não tem centro de saúde, não tem lares, nem sequer uma instituição bancária.

E por falar em apoio social, olhemos para as nossas coletividades. O Grupo Dramático, fazendo jus ao nome, vive uma situação dramática: corre o risco de fechar portas em 2027. Em 12 anos, nada foi feito para salvaguardar esta instituição. Se o 'Dramático' cair, Vilar do Paraíso ficará irremediavelmente mais pobre.

Espero que, apesar dos obstáculos, esta minha 'Carta a Garcia' chegue ao seu destino e produza efeitos. Pois não acredito que este diligente executivo permita que em Vilar do Paraiso a realidade seja diluida pela ficção.

Termino dizendo o seguinte: as cidades renovam-se com a Energia que hoje exigimos e sentimos, e não com o Reumon Gel de anos passados que apenas tentava anestesiar os problemas sem os resolver.

"Pela evolução de Vilar do Paraiso."

Muito obrigado.

Vitor Manuel Marques

Município de V. N. Gaia

Reg. C/ A.R.

PARA
ARMÉNIO GONÇALVES CARDOSO
RUA BARROCO, 457
4400-379 VILA NOVA GAIA

Sua referência	Data	Nossa referência	Data
		186/10	2010/02/25

Para tratar de qualquer assunto relacionado com o presente ofício / processo deve contactar a:
Gaiurb, E.M. – Gestão Urbanística e da Paisagem Urbana de Gaia - Empresa Municipal
Largo Aljubarrota, nº 13 4400-012 Vila Nova de Gaia Tel.- 22 374 30 00 Fax – 22 374 30 09

ASSUNTO: ALARGAMENTO DAS RUA DO BARROCO E RUA COVA DA BELA
RUA DO BARROCO/COVA DA BELA
NÚMERO DE ENTRADA: 95/2010

Por despacho da Senhora Vereadora Engª Mercês Ferreira de 23 de Fevereiro de 2010, proferido ao abrigo da subdelegação de competências atribuída por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 6 de Novembro de 2009, com competência conferida pela Câmara na Reunião de 6 de Novembro de 2009, foi aprovado o estudo de alinhamentos.

Anexa-se planta topográfica com estudo elaborado para o local, complementando as infra-estruturas existentes e os compromissos já assumidos, no âmbito da proposta de ligação da rua do Barroco à rua de Chouzelas.

Na presente data foram enviadas cópias do processo para a Divisão de Património no sentido de pedir um documento de cedência do terreno para bens públicos.

Com os melhores cumprimentos.

Em anexo: Planta topográfica.

O Director Municipal de Urbanismo

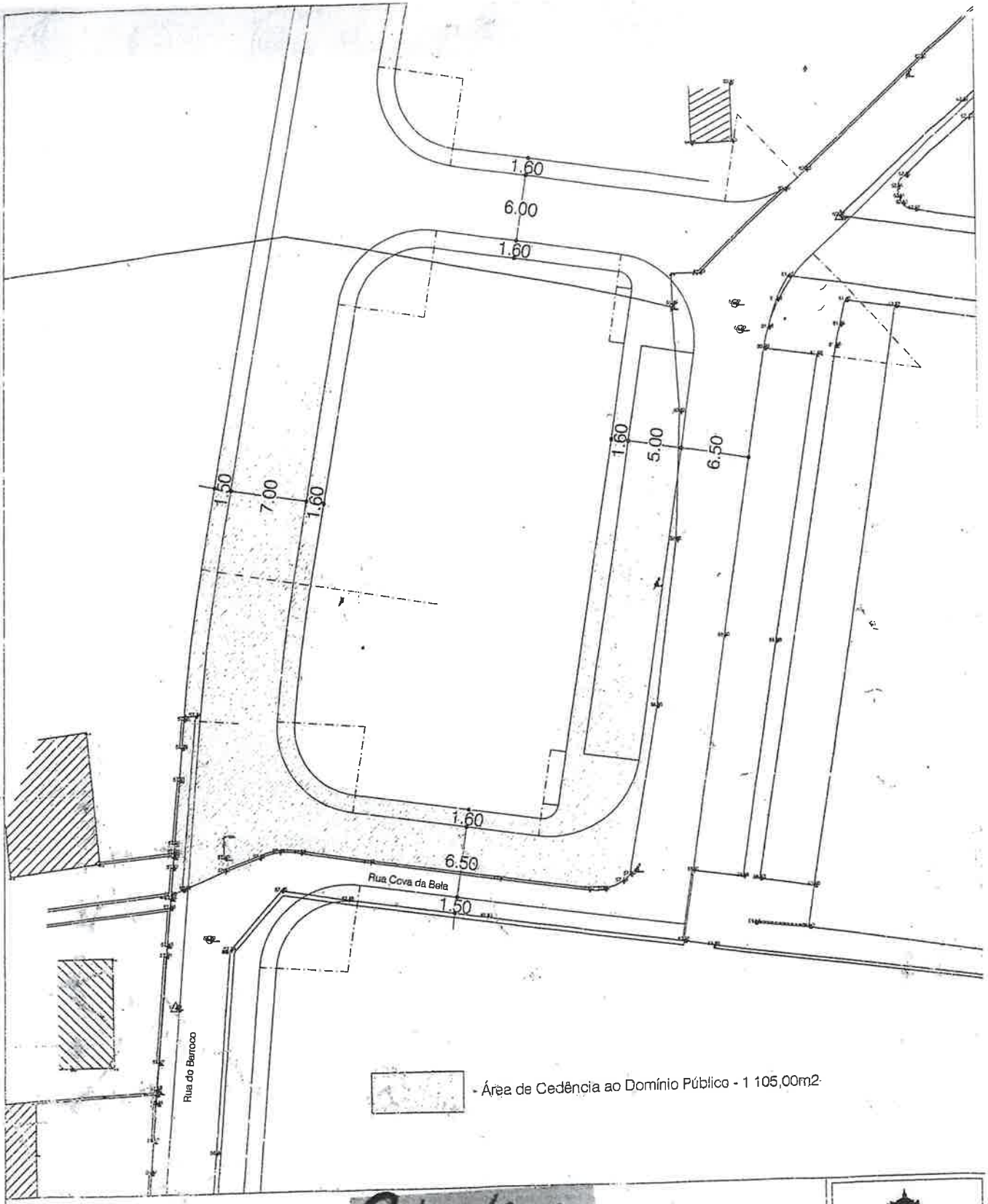
(Carlos Bogas)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 3

/CS

1/13


Rua Cova da Bela
Processo de Loteamento nº
Processo de Loteamento nº 2465/01
LAR 3ª IDADE
Rua do Barroco
FEIRA
CALDAS



9/02/2010

Gaiurb, EEM
gestão urbanística e da paisagem urbana de Gaia

GABINETE DE ALINHAMENTOS E CADASTRO

PLANTA TOPOGRÁFICA

APROVADO POR DESPACHO SUPERIOR DE: __/__/__

REQUERENTE:	JUNTA DE FREGUESIA DE CANIDELO
DESTINO:	ABERTURA DE ARRUAMENTO
LOCALIZAÇÃO:	RUA DO BARROCO / COVA DA BELA
FREGUESIA:	CANIDELO
OBSERVAÇÕES:	ESTUDO DE ALINHAMENTOS PARA CÁLCULO DE ÁREA DE CEDÊNCIA
ANEXA À INFORMAÇÃO DO G.A.C. Nº	
SILVA PEREIRA - DANIEL REIS	
GAC/CANIDELO/[illegible]	

PROCESSO:	95/ATE/10
CADASTRO:	CD-009/10
NÚMERO:	S/Nº
QUADRÍCULA:	3 C/B
ESCALA:	1/500
DATA:	09/02/10
BASE:	CÂMARA

3/13

ABAIXO-ASSINADO

Vila Nova de Gaia, 9 de Março de 2026

ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS – DILÚVIO – IMPOSSIBILIDADE DE TRAVESSIA PEDONAL

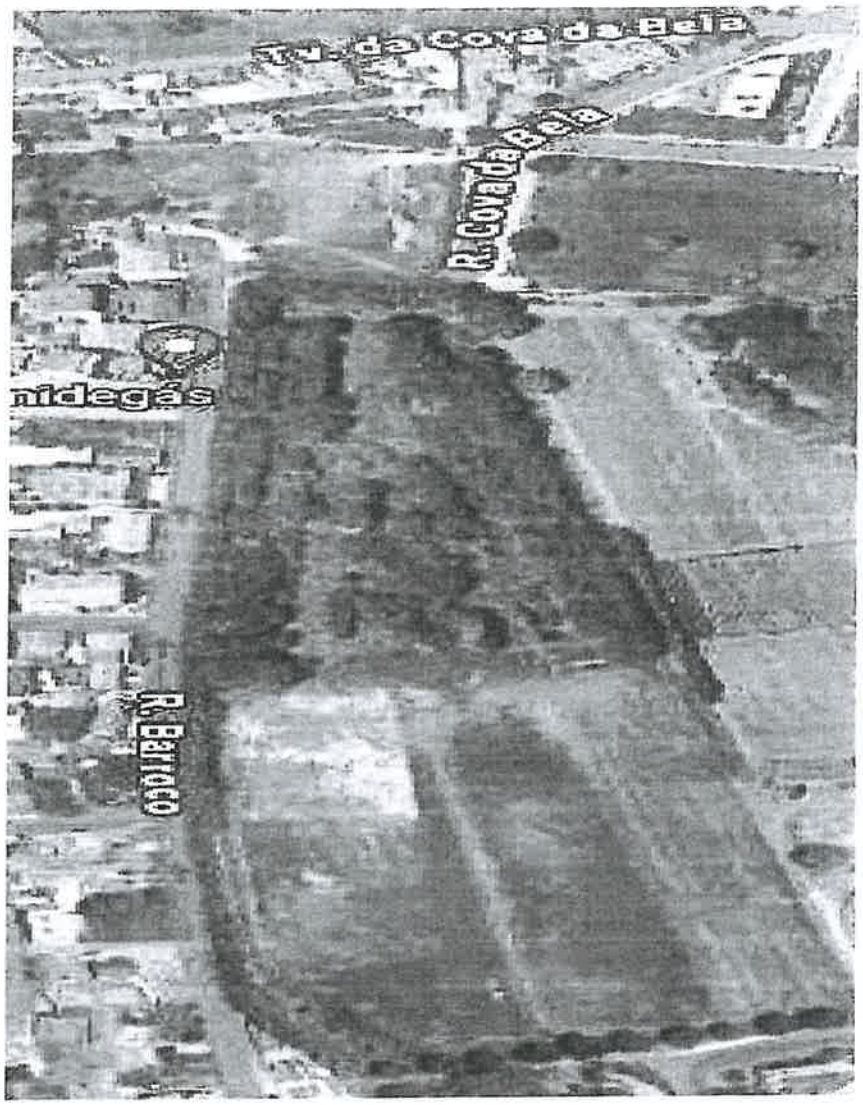
Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Exmo. Senhor
Vice Presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia

Exmo.Senhor
Engenheiro da Gaiurb Carlos Bogas

Exmo. Senhor
Presidente das águas de Gaia

Exmo. Senhor
Presidente da Junta de Canidelo



Os abaixo-assinados vêm por este meio, expor um problema que periodicamente os afecta e que necessita ter uma solução definitiva.

É assente nos testemunhos de habitantes locais – alguns dos quais, neste documento, abaixo-assinados - e também o testemunho dos autarcas que fizeram e que fazem parte da Freguesia de Canidelo, que estas Ruas (na foto) foram e são, desde sempre, utilizadas pela comunidade quer para circulação pedonal, quer para circulação motorizada. As ruas em causa (Rua Cova da Bela,Travessa Cova da Bela e Rua do Barroco) foram, durante anos, tratadas e limpas pela Junta de Freguesia de Canidelo, de acordo com o testemunho dos autarcas que compuseram os Órgãos desta Freguesia e também pelos habitantes locais.

5/13

Sucede que, não obstante as limpezas que se encetam, em dias de inverno, mormente, em dias de chuva, as referidas ruas ficam intransitáveis pedonalmente, em face da quantidade de água que naquelas corre, chegando por vezes a atingir cerca de 5 a 10cm de altura, colocando assim, igualmente em causa, a segurança rodoviária.

Assim, já foi solicitado por diversas vezes e por diversas formas a V/ intervenção, sem que, até à presente data, obtivessem resposta e/ou, aferido a promoção de uma qualquer actividade que pusesse termo ao referido problema.

Neste sentido, vêm, uma vez mais, e por esta via, solicitar, junto de V.s Exas., que sejam tomadas as medidas tidas por convenientes, para que, quer a Rua do Barroco quer a Rua Cova da Bela e Travessa Cova da Bela possam ser utilizadas e transitadas em segurança pelos transeuntes durante todo o ano.

Cremos que a assembleia de freguesia de Canidelo, quer a Câmara Municipal de Gaia quer as Águas de Gaia e a Gaiurb, saberão com certeza, encontrar a melhor solução e promover pela concretização para a resolução definitiva deste problema.
Ficamos a aguardar que estes sejam resolvidos com a máxima celeridade.

Com os melhores cumprimentos
Os abaixo-assinados

ABAIXO-ASSINADO
PELA MANUTENÇÃO E REABILITAÇÃO DA RUA DO BARROCO E RUA COVA DA BELA

NOME	N.C.C	ASSINATURA

6/13

NOME	Nº C.C.	ASSINATURA
VITOR MANUEL L. CARDOSO	10107207	
DAVID AUGUSTO DA ROCHA PEREIRA	11608668	
EDUARDO ANTONIO F. COSTA	03815261	
MARIA MANUELA OLIVEIRA SILVA	05799877	
EDUARDO PAULO COSTA MONTEIRO	07707275	
ANTONIO JOAQUIM PATACA VILHO	1847084 SE	
AMELIA HERCULANA S. MATEUS VEIRA C.	08167942	
CONCEIÇÃO GUIMARÃES	07315353	
Isabel Sofia Azevedo Marques	30790442	Isabel
DORIS LUISA MERO DA CRUZ	00851044	
SERGIO PAULO OLIVEIRA SOARES	09629441	
Susana Maria Valente Pereira	10760815	
BARBARA ISABELA T. CARDOSO	13751490	
Cecília de Abrantes Dias Peixoto	10431875	
Maria Conceição Lobo	05573366	
MARIA LEONOR NUNES R. GOES	07621403	
MARIA Cremilda Cardoso Santos	12410084	
Maria Adelaide Cardoso Vieira	03917872	Adelaide Vieira
Nelson Filipe Soares Silva	13360331	Nelson Silva
MARIA FATIMA F. C. DA S. CAMPOS	06908826	
Agostinho Marques Santos Rocha	14958746 5	
Rosa Sofia Moreira Pereira	16312562	
MARIA AGUSTINHA BESSA N. FERREIRA	06790129	
ANTÓNIO EUARISTO VALENTE SILVA	13778906 8	
LUIS MIGUEL MAGALHÃES FERREIRA	11307684	
ANA CONCEIÇÃO FERREIRA B.	07412577	
MARIA ARMINDA OLIVEIRA LEITE	03953246	

ROSA SOUSA RODRIGUES P.	03562478	Rosa Sinheiro
MARIA FATIMA CASTRO	03783208	
JORGINA FERNANDA C LIMA	06804353	
ELSA GONÇALVES MIRANDA	10849027	
Isabel Gonçalves	13566567	
	11283404	
JOANA TERESA AZEVEDO NUNES	11317999	
ELISA MARIA COSTA ALVES	03575423	
FREDERICO SILVA	11154469	
JOSÉ OLIVEIRA	12569055	
RUI PINTO C.	13401324	
SILVINA PINTO	03580304	
CRISTINA MATA	9562440	
ANTONIO MACHADO	07496626	
FERNANDO MARQUES	08048911	
[illegible]	0760436	
ADRIANA SOARES PINTO	05877382	
MARIA FATIMA FERREIRA	09413084	
DANIEL SEIXO	7849479	
JOSÉ PAULO CARDOSO	07684673	
ANA MARIA SILVA	13410259	
Carla M Prado Bandeira Santos	10908187	
ROBERTO PAIVA	16313402	
José Fernando Barbosa Alves	11253976	

8/13

(1)

Gmail

Vitor Pereira <paplivpapelpicado@gmail.com>

Fwd: Aguas pluviais entrar dentro casa

1 mensagem

Paulo Cardoso <jplcardoso1965@gmail.com>
Para: paplivpapelpicado@gmail.com

2 de fevereiro de 2026 às 12:42

31/10/2025

---------- Forwarded message ---------
De: **Paulo Cardoso** <jplcardoso1965@gmail.com>
Date: sexta, 31/10/2025, 13:19
Subject: Aguas pluviais entrar dentro casa
To: <geral@cm-gaia.pt>, <Info@aguasgaia.pt>

Exmos Senhores

Estou a enviar este email a pedido da D. Maria Arminda Oliveira Leite.
Moradora : Tr. Cova da Bela n- 150 Canidelo Vila Nova de Gaia
C.C. 039532246
N- fiscal 157315649
Tlm - 933 686 385

Hoje às 8,20 h a D.Maria Arminda veio a minha casa pedir ajuda, vinha a chorar compulsivamente e triste, a Sra ate me chama de filho, visto que lhe tento
resolver os problemas, como ela tem alguma idade e anda com várias costelas partidas e um andar trôpego, mais alguns problemas de saúde.
Só estou com medo, por a D. Maria que mora sozinha e que caia na piscina de água, e que possa acontecer o pior ?
Dito por a D. Maria que hoje pelas 4h da madrugada a água estava a entrar-lhe na cozinha ?
Enquanto estava em casa liguei as Águas de Gaia , que me disseram que iam enviar um piquete?
Fui com a D. maria no meu carro a casa dela ver o que era possível fazer, ao que apareceram os das Águas de Gaia, mas o piquete era de Águas chocas, ao que pedi que informassem os das Águas pluviais?
Fui com a D.Maria à PSP não é com eles? disseram para ligar à Proteção Civil?
A D. Maria foi à Junta de Freguesia de Canidelo ? disseram para ligar à Proteção Civil?
Vim a minha casa e liguei a Proteção Civil, ao que disseram que era com a Câmara Gaia ou as Águas de Gaia?

Agradecia P.F. as várias entidades, para quem estou a enviar, virem ver o que é possível fazer para que esta Sra. com a idade que tem possa descansar tranquilamente?

Um muito obrigado a todos

Gmail

Vitor Pereira <paplivpapelpicado@gmail.com>

Fwd: D. Maria Arminda caiu abaixo cama

1 mensagem

com> 21 1:40

5/12/2025

---------- Forwarded message ---------
De: **Paulo Cardoso** <jplcardoso1965@gmail.com>
Date: sexta, 5/12/2025, 18:49
Subject: D. Maria Arminda caiu abaixo cama
To: info <info@aguasgaia.pt>, <geral@cm-gaia.pt>

Exmos Senhores

No dia 31/10/2025 enviei um email a pedido da D. Maria Arminda Oliveira Leite, agradecia que o vissem?

Ao que as Águas de Gaia respondeu com (e-grou id: 723331)

Voltei a responder às Águas de Gaia no dia 17/11/2025 , e a explicar quase tudo ao pormenor? e que falei em tragédia ?
Até agora sem uma resposta? Quer das Águas de Gaia quer da Câmara Municipal de Gaia?

Estava em casa descansado, quanto às 16,58 h , a D. Arminda Tv Cova Bela n- 150 ligou me aflita que tinha caído abaixo da cama? mal percebia o que dizia,
pois estava cheia de dores?
Saindo de casa a correr, com a aflição até deixei portas abertas? pois o meu vizinho passado um bocado ligou-me a dizer que o meu alarme estava a tocar?
Quando cheguei a casa da D.Arminda, estava gelada, liguei para o 112? com a minha aflição peguei em 2 edredons e pus no chão deitando a D.arminda com
cuidado nós mesmos e tapando com os cobertores e lençóis, até a chegada do 112.

Pois a D.Arminda se queixava imenso do braço esquerdo dizendo que estava partido? Como estavam a demorar fui a correr a rua ver se o INEM chegava?
estavam à procura do n- de porta, lá a levantaram, tendo lhe ligado o braço?

Agora pergunto? se a casa da D. Arminda tivesse com água de 40 cm altura, como no dia 15/11/2025?

Junto 2 fotos com conhecimento de uma filha, chamada Bela.
Junto também um print das chamadas que ela me faz quando precisa de alguma coisa.

Teria sido uma tragédia, teve sorte? até quando? Deus esteve do lado dela.
E como uma mãe e eu como um filho que não teve? dito por a D. Arminda

Atenciosamente Paulo Cardoso

3 anexos

10/13

6



11061.jpg
267K



10496.jpg
4552K



10497.jpg
4297K

11/13

RELATÓRIO INTERNO DE OCORRÊNCIA
Bombeiros Sapadores de Vila Nova de Gaia
Data impressão: 26-11-2025

IDENTIFICAÇÃO

DATA	AA	OCORRÊNCIA
15-Novembro-2025	Vila Nova de Gaia	20251534770
		CSREPC - Porto

CLASSIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA

3	3	1	5	RISCOS MISTOS Comprometimento total ou parcial de segurança, serviços ou estruturas Inundação de estruturas ou superfícies por precipitação intensa

ALERTA		INTERVENÇÃO		LOCALIZAÇÃO		
Hora	15h 16m	Saída	15h 42m	Local:	Travessa da Cova da Bela	
Via	CSREPC Porto	Chegada ao TO	15h 50m	Coordenadas:	Lon: 008 ° 38 ' 9000 " W	Lat: 041 ° 07 ' 7000 " N
Efetuado por	CSREPC Porto	Saída do TO	19h 30m	Freguesia:	Canidelo	
Telefone nº	226166520	Regresso	19h 50m	Concelho:	Vila Nova de Gaia	
Outra Ref.		Duração da Intervenção	4h 8m	Distrito:	Porto	

MEIOS DO CORPO DE BOMBEIROS

Veículos	Chefe Equipa	Guarnição (Nº Mecanográfico)	Nº Bomb	Km	Horas Bomba
VLCI06	13960865	20063174	2	3	
VETA01	20048862	20004827	2	18	
2	TOTAIS		4	21	

MATERIAL UTILIZADO

Descrição	Qtd

OUTROS MEIOS/ENTIDADES

C.B.

Nome	Veículos	Operacionais
TOTAIS		

A.P.C.

Nome	Veículos	Operacionais
TOTAIS		

MEIOS AÉREOS

Nome	Tipo	Operacionais

RECURSOS TÉCNICOS

TOTAIS		

OUTROS MEIOS

Nome	Quantidade	Operacionais
TOTAIS		

COMANDO

COS

	Categoria/função	Nome	Entidade
1	subchefe principal nº24	Júlio Miranda	BSB Gaia

ENTIDADES PRESENTES NO PCO

Função	Nome

EFEITOS DO SINISTRO

DANOS CAUSADOS

bastantes danos em habitações e muro de divisão de terreno.

VÍTIMAS

	F. Leves	F. Graves	Mortos
Bombeiros			
Outros APC			
Civis			
Totais			

DESALOJADOS

INCÊNDIOS RURAIS

Espécies	Área
TOTAL	

VÍTIMAS DETALHES

Nome	Idade	Tipo	Gravidade	Cor de Triagem	Destino	Nº Epis.Hospitalar

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA

Inundação em várias habitações devido à forte precipitação.

após reconhecimento constatamos que a água proveniente da precipitação se acumulou na via. O sistema de escoamento das aguas pluviais não conseguiu escoar a água tendo as mesmas inundado várias habitações. Foi solicitado apoio de motobombas para proceder ao escoamento da água.

DESCRIÇÃO DO TRABALHO DESENVOLVIDO

- Travessa cova da bela nº 150
A água atingiu cerca de 80 cm de altura no interior da habitação, ajudou-se a moradora a retirar alguns bens do interior da habitação e a mesma ficou alojada temporariamente em casa de uma familiar. A água causou danos nos moveis, eletrodomésticos e sistema elétrico da habitação, tendo ainda inundado os anexos da habitação.

Rua cova da bela nº340, casa 2
Agua no interior da habitação com aproximadamente 40 cm, tendo danificado o seu interior e o recheio.
- Proprietária
- Maria Agostinha Bessa Magalhães, CC 06790129 NIF 127714685

Rua Cova da Bela nº 342
Agua com aproximadamente 1 metro de altura no interior da habitação, tendo danificado todo o interior da habitação
- Proprietário
- Fernando Pereira Marques

Muro de vedação de terreno de cultivo contiguo com o nº 342 da rua cova da bela caiu com a pressão da água sendo propriedade de José Paulo Leite Cardoso. residente na rua dos canastreiros nº 418 freguesia de Canidelo, CC 07684673, NIF 158665678

VETA01
Após chegada ao local e passagem do serviço, foi colocada a motobomba a retirar água do poço até conseguirmos escoar a mesma dentro de casa, e de uma outra habitação mais acima também afetada.
Quando as duas habitações ficaram sem água regressamos ao quartel.

DANOS NOS VEÍCULOS

DESCRIÇÃO DA ORIGEM DO INCIDENTE

CONSEQUÊNCIA DO INCIDENTE

DANOS NOS EQUIPAMENTOS

DESCRIÇÃO DA ORIGEM DO INCIDENTE

CONSEQUÊNCIA DO INCIDENTE

REFEIÇÕES FORNECIDAS

Dias \ Refeições	Pequenos Almoços	Almoços	Lanches	Jantares	Reforços	TOTAL
1 º Dia						
TOTAIS						

INTERVENIENTES

Participante	Nome	Descrição	Morada	Telefone

ANEXOS AO R.O.		Responsável pelo Relatório			Visto do Cmdt. do C.B.	
Anexo I (Despesas extraordinárias)	☐	Categoria	Nº	Rúbrica	Data	Rúbrica
Anexo II (Doc. estorno)	☐	Subchefe Principal	13960865		15-11-2025	
Outros	☐					

BATALHÃO DE SAPADORES BOMBEIROS
Av. Vasco da Gama, 930
4430-240 V.N. Gaia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 4

Assembleia Municipal

PAOD - Moção

Nos 50 anos da Constituição, defender os serviços públicos: o SNS

A Constituição da República Portuguesa, aprovada por 234 (94%) dos 250 Deputados Constituintes (representando 92% dos eleitores) e promulgada a 2 de Abril de 1976, celebra 50 anos de vigência e é a expressão jurídica mais avançada do projeto libertador da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Consagra Portugal como um Estado de Direito Democrático, baseado na dignidade da pessoa humana, e estabelece um vasto conjunto de direitos, liberdades e garantias, nomeadamente direitos económicos, sociais e culturais fundamentais: o direito ao trabalho com direitos, à saúde, à educação, à habitação, à segurança social e à participação democrática.

Constituição que nestes cinquenta anos da sua vigência provou ser um importante suporte da nossa vida democrática e que hoje continua a ser um importante instrumento de salvaguarda na defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo.

A realidade nacional evidencia que a questão fundamental relativamente à Constituição da República Portuguesa é o seu cumprimento, ou melhor, o seu incumprimento.

Fosse a Constituição completamente respeitada nos seus princípios, fosse concretizada a sua concepção ampla de democracia política, económica, social e cultural, fossem realidade os direitos e projecto que consagra, Portugal seria um País diferente para melhor, mais desenvolvido, com menos injustiças e desigualdades sociais, com melhores condições para enfrentar os desafios que o futuro coloca. Seria o país "mais livre, mais justo e mais fraterno" que refere o seu Preâmbulo.

No cumprimento da Constituição encontra-se o sentido da resposta aos problemas imediatos que atingem o País, mas também o sentido de uma política alternativa que enfrente os graves problemas estruturais nacionais.

O que se impõe, como prioridade, é cumprir a Constituição e o que ela consagra nos direitos à habitação, à saúde, à educação, à protecção social, à cultura. É garantir que são concretizados e respeitados os direitos dos trabalhadores, dos reformados, das crianças e dos jovens. É criar condições para uma efetiva igualdade combatendo o racismo, a xenofobia e todos os tipos de desigualdades e discriminações, tal como a Constituição prevê. É prioritário cumprir o projecto que a Constituição comporta de um País soberano, desenvolvido, democrático, de respeito e efetivação dos direitos e liberdades fundamentais, de participação popular na vida democrática nacional, de um País que desenvolve as suas relações internacionais a partir de uma política de paz, amizade e cooperação entre os povos.

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 64.º, estabelece que *"Todos têm direito à protecção da saúde"*, *"através de um serviço nacional de saúde universal e geral"*.

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é assim um pilar da coesão social e da igualdade de oportunidades, que assegura cuidados de saúde a todos, independentemente da sua condição económica. É urgente valorizá-lo, recuperá-lo e travar a sua degradação.

Para salvar e recuperar o SNS é necessário e fundamental valorizar os seus profissionais, aumentar a capacidade de resposta dos serviços, organizar melhor o seu funcionamento e com isso responder melhor às populações, e parar de promover o seu subfinanciamento crónico, o encerramento de serviços públicos, a transferência de verbas para o setor privado, a degradação das condições de trabalho e a transformação da saúde num negócio.

No nosso Concelho, os SASU dos Carvalhos e de Soares dos Reis foram encerrados – ao contrário da palavra dada – com promessas de reabertura que, até hoje, o Governo não cumpriu. Encerramentos que deixaram milhares de utentes do nosso Concelho desprotegidos. Estes dois serviços garantiam cuidados de saúde básicos em horário pós-laboral e fins-de-semana, essenciais para muitas populações.

Os cuidados de saúde primários são o elemento central da resposta a dar, desde logo pelo acesso ao médico de família. É pois central assegurar médico de família a todos os utentes.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em sessão ordinária em 29 de Abril de 2026, delibera:

1. Saudar os 50 anos da Constituição e os 47 anos do Serviço Nacional de Saúde, combatendo todas as tentativas de revisão constitucional que ponham em causa um SNS universal, geral e gratuito, e os direitos laborais dos seus profissionais.
2. Exigir do Governo da República o cumprimento integral da Constituição, nomeadamente no que respeita ao direito à saúde, através do adequado financiamento do SNS, da valorização dos seus profissionais e da inversão do processo de privatização e desinvestimento
3. Exigir ainda o reforço urgente dos meios materiais e humanos e a reabertura dos SASU dos Carvalhos e de Soares dos Reis.
4. Repudiar qualquer encerramento de serviços públicos de saúde no nosso concelho, bem como a transferência de recursos públicos para hospitais e unidades privadas.

2026.04.29

Pel'A CDU,

Beatriz Pinto

(Beatriz Castro Pinto)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 5

PAOD - Intervenção política

Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio

A Revolução de 25 de Abril de 1974, obra do povo e da sua vontade e luta, acabou com 48 anos de ditadura, de guerra colonial e de opressão. Abriu caminho à Democracia, às liberdades e à construção de um país mais justo, mais solidário e soberano.

Com um especial ênfase na busca da Liberdade, rapidamente se afirmou como muito mais: liberdade de expressão, sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta pela Paz, pelo pão, pela habitação, pela saúde, pela educação, e pela dignidade no trabalho.

Celebrar Abril é também recordar o que foi o fascismo, combater o seu branqueamento e honrar todos aqueles que resistiram — muitos na clandestinidade — sacrificando as suas vidas para que hoje vivamos em liberdade.

É também reconhecer o papel das mulheres, tantas vezes silenciado e propositadamente esquecido, mas absolutamente central na luta pela democracia e na construção do país após a Revolução.

É também reconhecer o papel dos povos irmãos das antigas colónias que, com enorme sacrifício e tenacidade, lutavam contra o fascismo e pela sua independência. Também a eles devemos a nossa liberdade de hoje.

Importa afirmá-lo com clareza: o que está por cumprir dos desígnios de Abril não é responsabilidade de Abril, mas daqueles que nunca se conformaram com o que este teve de mais avançado, transformador e progressista e que, ao longo dos anos, têm procurado limitar direitos e reverter conquistas.

Defender Abril é ainda defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e a sua proximidade às populações. Exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas, completando assim o edifício do Poder Local com o nível regional, a par dos municípios e freguesias, e que continua por cumprir. Comemorar Abril é

afirmar e defender o Poder Local no que tem de mais avançado e democrático nas suas expressões de participação, pluralidade e colegialidade.

Mas, do mesmo legado de Abril emergiram também direitos laborais fundamentais: a livre organização sindical, o direito à greve, à contratação coletiva, a proibição dos despedimentos sem justa causa, o salário mínimo nacional e a garantia de emprego estável. Todos eles direitos intrínsecos a uma democracia plena.

Quando hoje vemos o agravamento das desigualdades, a precariedade a crescer, e os direitos dos trabalhadores a serem postos em causa, percebemos como cumprir Abril continua a ser urgente.

O chamado "pacote laboral" é exemplo disso mesmo. Não se trata de um simples ajuste legislativo — trata-se de um retrocesso.

Fragiliza vínculos, facilita despedimentos, enfraquece a contratação coletiva e promove a precariedade. E isso colide diretamente com o espírito de Abril.

Porque Abril significou dignidade no trabalho. Significou que o trabalho não é descartável, mas um pilar da nossa sociedade. Significou, através do movimento sindical de classe, a elevação das condições de vida de todos os trabalhadores.

E por tudo isto, Abril é inseparável do 1° de Maio – Dia Internacional do Trabalhador

O 1.º de Maio lembra-nos que foram — e continuam a ser — os trabalhadores a força que constrói o país. E por isso as suas comemorações são o momento para valorizar o trabalho e os trabalhadores, de valorizar o movimento sindical, de combater o desemprego, a precariedade, os baixos salários e pensões e lutar pela efetivação dos direitos individuais e colectivos, lutar por uma vida digna, por direitos, por justiça social, celebrar a luta dos povos e dos trabalhadores por um futuro melhor!

Só se celebra o 25 de Abril, celebrando Maio, só se garante o futuro da Democracia e do país tendo como eixos fundamentais a valorização do trabalho e dos trabalhadores, garantindo os seus direitos a uma vida digna e a um futuro melhor!

Termino saudando o 25 de Abril, os militares e o povo que o fizeram.

Termino saudando a Constituição de Abril e as suas potencialidades ainda por cumprir.

E termino saudando o 1.º de Maio e as conquistas laborais consagradas nessa Constituição, apelando aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população para depois de amanhã activamente participarem na sua celebração, em Luta e também em Festa, porque, como diz a canção, nesse dia *"não vais trabalhar | porque faz anos que és trabalhador.»*

Viva o 25 de Abril!
Viva o 1.º de Maio!

2026.04.29

Pel'A CDU,
(José Alberto Costa)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAI
ANEXO N.º 6

LIVRE

MOÇÃO POR PARAGENS DIGNAS

Período Antes da Ordem do Dia

Reunião da Assembleia Municipal, 29-04-2026

Todos os dias, milhares de Gaienses utilizam os transportes públicos para se deslocarem dentro e fora do concelho. O autocarro é o meio de transporte público primordial, sendo frequentemente o único disponível, configurando-se como fundamental para aumentar a coesão territorial, promover a igualdade de circunstâncias entre todos os cidadãos e fomentar uma mobilidade mais sustentável e ecológica.

Infelizmente, é consensual que a experiência de utilização dos transportes públicos em Vila Nova de Gaia está abaixo das expectativas dos cidadãos. A UNIR, que prometeu uma revolução no modelo de deslocação dos gaienses, trouxe apenas a amargura da inoperância e da incapacidade de resposta. Os autocarros estão constantemente atrasados, não têm a capilaridade e frequência devidas, e o conforto das viagens, seja dentro da viatura ou enquanto se espera por ela, é insuficiente. Sem responder de forma concreta a estes três eixos fundamentais - fiabilidade, capilaridade, conforto -, os transportes públicos rodoviários nunca poderão ser parte integrante de um novo paradigma de mobilidade.

Esta moção visa responder a este último eixo, promovendo maior conforto na utilização dos transportes públicos, especificamente enquanto se aguarda a sua chegada. Seja em dias em que a chuva é intensa, o vento é forte e em que o frio impera, seja em dias de calor extremo, a espera pelos autocarros no concelho faz-se, muitas vezes, em locais onde não existem abrigos, bancos ou até mesmo horários afixados. Todos os dias, milhares de gaienses esperam pelos transportes numa situação indigna, o que compromete não só a sua saúde e integridade física, bem como cria situações de desconforto que levam à

desistência da utilização de transportes públicos, caso outras alternativas surjam. Acreditamos que a Câmara Municipal pode fazer muito na resolução deste problema.

Neste sentido, o LIVRE insta a Câmara Municipal, em articulação com as Juntas de Freguesia a:

1. Mapear todas as paragens existentes no concelho, com a devida identificação dos respectivos equipamentos como abrigos, assentos, horários em papel e outras que se considerem relevantes;
2. Apresentar um plano de requalificação faseado para que as paragens no concelho possuam os equipamentos identificados no ponto anterior. Este plano deverá realizar a caracterização da acessibilidade nas vias onde se encontram as paragens, dando prioridade à instalação de abrigos e assentos nas vias com passeios com a dimensão adequada. Caso a via não permita, deverá indicar-se se existe a possibilidade de inclusão de passeios por forma a garantir a segurança dos utilizadores. Não obstante, é imperativo que todas as paragens (tenham elas abrigo ou apenas postalete) garantam informação ao público em papel, tal como já acontece nos restantes lotes da UNIR.

O deputado municipal,
Hélder Verdade Fontes

PAOD 2 - Paragens de autocarro (L)

Declaração de Voto

A CDU vota a favor da moção do LIVRE.

Achamos contudo que o Livre perde uma oportunidade de se posicionar e definir relativamente ao que pretende para o transporte público no Concelho.

Ao longo do último mês recolhemos mais de 2500 assinaturas num abaixo-assinado sobre a degradação da Rede UNIR. Os utentes acrescentam ainda: sobrelotação indigna, falta de horários nocturnos e fins de semana, horários incumpridos, isolamento do Interior do Concelho.

E dizem mais: não querem um operador privado que ponha os lucros à frente dos direitos. Querem que, em 2030, seja a STCP a assumir o serviço em Gaia.

2026.04.29

Pel'A CDU,
(José Alberto Costa)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 7

Data: [29 de abril de 2026] N/Refª.: [007/2026]

Assunto: **[Saudação]**
[52.º Aniversário do 25 de Abril e 50.º Aniversário da Constituição de 1976]

O poder local ganhou a sua independência com o 25 de Abril de 1974. Antes da Revolução, os presidentes de câmara não eram eleitos pela população, mas nomeados pelo governo, que escolhia figuras da sua confiança. Não existiam órgãos deliberativos locais. A ação autárquica visava implementar a política do Estado Novo ao invés de servir os munícipes.

A Constituição de 1976 reconheceu e consagrou o poder local autónomo como parte fundamental da "organização democrática do Estado" (art.° 237.°, atual art.° 235.°), tendo ainda estipulado a existência de uma assembleia "dotada de poderes deliberativos", "eleita por sufrágio universal, directo e secreto dos cidadãos" (art.° 241.°, atual art.° 239.°). A importância dada pela Constituição de 1976 ao poder local é tal que ficou ainda determinado que revisões futuras não podem pôr em causa a autonomia das autarquias locais (art.° 290.°, atual art.° 288.°).

Assim, é graças à Revolução do 25 de Abril de 1974, que todos nós aqui estamos, nesta Assembleia Municipal, a discutir políticas para melhorar a nossa cidade. Só por esta razão, o voto de saudação ao 25 de Abril de 1974 e à Constituição de 1976 que o Grupo Municipal da Iniciativa Liberal tem o prazer de apresentar deve ser aprovado por unanimidade.

Mas o 25 de Abril e a Constituição de 1976 representaram muito mais do que isto. Representaram o fim de um regime totalitário opressor, perverso, ilegítimo que negava aos cidadãos a Liberdade; representaram a implementação de uma democracia liberal e parlamentar em Portugal; representaram a materialização do direito humano de expressar livremente opiniões; representaram a rejeição de totalitarismos políticos; representaram o fim de um estado corporativo e o início de uma economia de mercado, onde todos pudessem participar. Além de tudo isto, permitiram ainda a realização de muitas outras mais conquistas na saúde, na educação, na cultura, que concorreram para a autonomização do cidadão para conduzir a sua própria vida, na condição de não impedir outros de fazer o mesmo.

É certo que a nossa Democracia tem falhas, mas o 25 de Abril e a Constituição deram-nos os poderes para a melhorar sem abdicar de uma vida livre e democrática.

Por todas estas razões, o Grupo Municipal da Iniciativa LIberal propõe que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2026 delibere fazer um voto de saudação ao 52.° aniversário do 25 de Abril de 1974 e ao 50.° aniversário da Constituição de 1976, bem como a todos os homens e mulheres que contribuíram para que ambas se materializassem no Portugal democrático em que hoje vivemos.

Vila Nova de Gaia, 29 de abril de 2026

O Proponente, Assinado por: **HUGO JOSÉ SILVEIRA DA SILVA PEREIRA**
Num. de Identificação: 11468884
Data: 2026.04.28 15:29:04+01'00'

[Hugo Pereira, Líder do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º



ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 9A

Declaração de voto

Senhora Presidente,
Caros membros do executivo,

Caros vereadores
Senhoras e Senhores,

A Bancada municipal do CHEGA vota contra a moção apresentada, não por não valorizarmos o 25 de Abril de 1974, mas precisamente porque o valorizamos na sua totalidade histórica e democrática.

As moções apresentadas procuram, uma vez mais, transformar o 25 de Abril numa celebração parcial, ideológica e incompleta, ignorando deliberadamente que a democracia portuguesa só se consolidou verdadeiramente com o 25 de Novembro de 1975.

Depois de Abril, Portugal viveu um período de enorme instabilidade política e social, conhecido como Processo Revolucionário em Curso, marcado por nacionalizações forçadas, ocupações ilegais, tentativas de controlo da comunicação social e ameaças à liberdade política e económica. Foi nesse contexto que o 25 de Novembro representou a afirmação definitiva da democracia pluralista, do Estado de direito e das liberdades fundamentais.

Ignorar o 25 de Novembro é ignorar uma parte essencial da nossa democracia.
Ignorar o 25 de Novembro é ignorar o momento em que Portugal rejeitou uma deriva revolucionária e escolheu a democracia representativa.
Ignorar o 25 de Novembro é, no fundo, querer contar apenas metade da história.

O CHEGA entende que o 25 de Abril pertence a todos os portugueses e não pode ser apropriado por uma visão ideológica ou partidária. Celebrar Abril é celebrar a liberdade, o pluralismo e a democracia. E isso implica reconhecer todos os momentos que permitiram consolidar essas conquistas.

Por isso, não acompanhamos moções que procuram dividir a memória histórica, omitir factos essenciais e transformar uma data nacional num instrumento político.

O 25 de Abril deve unir, não dividir.
Deve representar liberdade, não uma narrativa ideológica.
E deve ser celebrado com verdade histórica.

É por estas razões que votamos contra.

Viva a Liberdade.
Viva o 25 de Abril.
Viva o 25 de Novembro.
Viva Portugal.

PAOD 3 - Saudação 25 Abril (IL)

Declaração de Voto

A IL diz que a Constituição representa o início de uma economia de mercado. **Isto é falso.** A Constituição consagra a coexistência de setores público, privado e cooperativo. Consagra a possibilidade de nacionalizações. Consagra o direito ao trabalho, à habitação, à saúde, à educação – no fundo, tudo o que a IL quer privatizar.

A IL gosta da Constituição que corta e cola na sua cabeça e não da Constituição que aqui invocam e saúdam.

São estas imprecisões que se estiverem disponíveis a alterar estaremos disponíveis para votar favoravelmente.

2026.04.29

Pel'A CDU,
(José Alberto Costa)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 10

Data: [29 de abril de 2026] N/Refª.: [006/2026]

Assunto: **[Recomendação]**
[Alteração do sentido do trânsito em ruas da Madalena]

A política autárquica muitas vezes não se move por ideologias políticas, mas sim para resolver problemas concretos dos cidadãos. O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal tem como principal objetivo da sua ação política servir os cidadãos de Vila Nova de Gaia e apresentar medidas que melhorem a sua qualidade de vida.

Neste sentido, propomos que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2026 delibere recomendar à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia a alteração do sentido do trânsito nas ruas que servem a Escola Básica/JI da Pena e a EB23 da Madalena, nos seguintes termos e conforme *croquis* anexo.

A zona das escolas da Madalena regista um significativo congestionamento de trânsito durante o período de entrada e saída dos alunos (7:30-8:30, 1300-14:00 e 16:00-17:00), com um fluxo de veículos desorganizado, filas de espera prolongadas, estacionamento irregular e dificuldade de circulação. Esta situação constitui também um perigo para a segurança rodoviária, sobretudo para as crianças, com um adicional impacto negativo sobre a sua pontualidade. Acresce ainda que a comunidade em redor sofre com a poluição sonora e atmosférica criada.

Para resolver este problema, propomos as seguintes alterações de trânsito:
- na Rua Nova da Junqueira: implementação de sentido único, na direção oeste-este, com colocação de placas de trânsito H3 (sentido único);
- na Rua Professor Manuel Cardoso Ribeiro: implementação de sentido único (exceto para transportes públicos), na direção este-oeste, com colocação de placas de trânsito H3 (sentido único) e demarcação de zona *drop-off* no pavimento do lado norte (lado das escolas) e de lugares de estacionamento perpendicular;
- na Travessa de São Pedro: implementação de sentido único na interseção com colocação de placas de trânsito H3 (sentido único) e proibição de estacionamento fora dos lugares indicados (ou colocação de pilarete dissuasor).

Estas alterações irão aumentar a capacidade de circulação, tornar o trânsito mais fluido, reduzir o tempo de espera, aumentar a eficiência do *drop-off*, melhorar a pontualidade escolar, eliminar conflitos entre condutores, aumentar a segurança rodoviária e a das crianças, reduzir risco de acidentes, reduzir poluição sonora e atmosférica e aumentar a satisfação da comunidade.

Por estas razões, esperamos que esta Assembleia Municipal aprove a proposta ora apresentada.

Vila Nova de Gaia, 29 de abril de 2026

O Proponente, Assinado por: **HUGO JOSÉ SILVEIRA DA SILVA PEREIRA**
Num. de Identificação: 11468884
Data: 2026.04.28 11:55:24+01'00'

[Hugo Pereira, Líder do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 8 11


R. da Pena
Escola EB 2,3 da Madalena
Delícias da Madalena

PAOD 4 - Recomendação Trânsito Madalena (IL)

Declaração de Voto

O problema que a IL descreve é real: estacionamento desregulado, filas, confusão nas horas de entrada e saída.

Mudar o sentido do trânsito não impede ninguém de estacionar em segunda fila. Não impede ninguém de bloquear um cruzamento. Não impede ninguém de parar em cima do passeio 'só cinco minutos'.

A IL propõe, como solução, disciplinar magicamente os automobilistas. Não vai acontecer.

O que é preciso? Fiscalização. Campanhas de sensibilização. Alternativas ao transporte individual e percursos pedonais seguros.

Não temos garantia que esta solução resolva efectivamente aquele problema, em última instância até poderia piorar em alguns aspectos.

Por isso votamos contra.

2026.04.29

Pel'A CDU,
(José Alberto Costa)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 12

Data: [29 de abril de 2026] N/Refª.: [008/2026]

Assunto: **[Recomendação]**
[Inventário Municipal de Imóveis Devolutos]

O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal tem como principal objetivo da sua ação política servir os cidadãos de Vila Nova de Gaia e converter as suas legítimas expectativas e ambições em políticas públicas que melhorem efetivamente a sua qualidade de vida e a das gerações futuras.

Com base neste compromisso, propomos que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2026 delibere recomendar à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia a elaboração de um inventário de imóveis devolutos do Estado central ou local no concelho.

A habitação é atualmente uma das principais preocupações dos cidadãos e das famílias. Por incúria e políticas erradas por parte da governação socialista a nível nacional e local, este problema foi atacado de forma tardia e inconsequente, tendo-se agravado. Não existe uma solução fácil, mas qualquer estratégia que seja implementada tem forçosamente de passar pelo aumento da oferta de casas.

O Estado central e local é proprietário de imóveis que estão devolutos e sem uso útil. Ao nível das Juntas de Freguesia, a desagregação obrigou à inventariação do seu património imobiliário.

Assim sendo, propomos que se parta da sistematização de informação sobre os bens imóveis das Juntas de Freguesia para elaborar um inventário dos imóveis devolutos da esfera pública localizados no concelho. Este inventário deve ser tornado público, a bem do princípio da transparência e sobretudo para facilitar a elaboração de propostas de financiamento.

A estes bens propomos a aplicação de um programa PL2C – Projetar, Licenciar, Candidatar (a fundos europeus, nacionais e/ou regionais) e Concessionar ao setor privado ou social para aumentar a oferta de casas a preços acessíveis no mercado. Não sendo possível a adaptação destes imóveis à habitação, possibilita-se a sua adaptação a creches, jardins de infância, lares ou outras funções de relevância social.

Deste modo, não só se dará uso a imóveis devolutos, como se responderá ao problema da falta de casas (e de outros serviços úteis aos cidadãos) e se promoverá a reabilitação do tecido urbano.

Por estas razões, esperamos que esta Assembleia aprove esta proposta.

Vila Nova de Gaia, 29 de abril de 2026

O Proponente,

Assinado por: **HUGO JOSÉ SILVEIRA DA SILVA PEREIRA**
Num. de Identificação: 11468884
Data: 2026.04.28 12:04:08+01'00'

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 139

[Hugo Pereira, Líder do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal]

PAOD 5 - Identificação de imóveis (IL)

Declaração de Voto

A IL identificou um problema real – há imóveis devolutos que podiam ser aproveitados mas propõe a solução errada.

Aliás o PCP tem apresentado na Assembleia da República inúmeras propostas nesse sentido que têm sido consecutivamente rejeitadas.

A questão da qual não se conseguem desligar, porque é uma questão ideológica da IL, tem precisamente a ver com o programa PL2C que alimenta ainda mais os interesses dos grandes grupos imobiliários.

A CDU defende o contrário.

Inventário público, sim.
Reabilitação com meios públicos, sim.
Afetação a habitação acessível, creches, lares geridos pelo público ou por entidades sem fins lucrativos, sim.

O que não aceitamos é entregar ao mercado a solução para a crise da habitação.
O mercado criou a especulação e não a vai resolver.

2026.04.29

Pel'A CDU,
(José Alberto Costa)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 14

PS Vila Nova de Gaia
Grupo Municipal | Assembleia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 15

VOTO DE SAUDAÇÃO PELO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

O Dia Internacional da Mulher, assinalado a 8 de março, constitui um marco histórico de reconhecimento da luta das mulheres pela igualdade de direitos, pela justiça social e pela dignidade humana.

A origem desta data remonta ao início do século XX, no contexto das reivindicações das mulheres trabalhadoras por melhores condições laborais, direito ao voto e igualdade de oportunidades. Em 1910, na II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, realizada em Copenhaga, foi proposta a criação de um dia internacional dedicado à luta das mulheres. Décadas mais tarde, em 1975 - Ano Internacional da Mulher - a Organização das Nações Unidas passou a assinalar oficialmente o 8 de março, consolidando esta data como símbolo global da promoção da igualdade de género e dos direitos das mulheres.

Desde então, importantes instrumentos internacionais têm reforçado a proteção e promoção desses direitos, destacando-se a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), adotada pela ONU em 1979, e a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, resultante da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em 1995, em Pequim - documentos estruturantes no compromisso internacional com a igualdade substantiva entre mulheres e homens.

Importa igualmente recordar que a igualdade de género é hoje um dos pilares da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), integrando o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 5, que visa alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.

Em Portugal, a igualdade entre mulheres e homens constitui um princípio fundamental do Estado de Direito Democrático, consagrado na Constituição da República Portuguesa, que estabelece, no seu artigo 13.º, o princípio da igualdade

e da não discriminação, e no artigo 9.º, como tarefa fundamental do Estado, a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Ao longo das últimas décadas, Portugal registou progressos significativos em diversas áreas, nomeadamente na educação, no trabalho, na saúde materna e infantil, na saúde sexual e reprodutiva, na participação cívica e política. Destaca-se a aprovação de legislação relevante no combate à violência contra as mulheres e violência doméstica, no combate às desigualdades salariais e na representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de poder e na tomada de decisão económica.

Portugal obteve 63,4 pontos no *Índice de Igualdade de Género* 2025, do *Instituto Europeu para a Igualdade de Género*, estando exatamente alinhado com a média europeia, ocupando, assim, a 10.ª posição entre os Estados-Membros da União Europeia, com progressos significativos em domínios como o trabalho e os salários, embora os desafios se mantenham na partilha e na economia do cuidado, no acesso a posições de poder e na redução de desigualdades económicas.

Apesar dos progressos registados ao longo das últimas décadas, persistem desigualdades estruturais, discriminação salarial, sub-representação em posições de liderança, bem como graves formas de violência de género, que continuam a afetar milhares de mulheres. Dados sobre violência doméstica indicam que a maioria dos casos registados e das vítimas identificadas são mulheres, reforçando a necessidade de políticas de proteção e apoio mais eficazes de prevenção, proteção e acesso à justiça.

Não obstante os avanços alcançados, persistem desafios estruturais, como as desigualdades salariais, a desigual na partilha das responsabilidades familiares, as dificuldades de conciliação entre a vida familiar, pessoa e profissional, e a violência de género, que continua a representar uma grave violação dos direitos humanos.

Importa ainda reconhecer que, em diversos contextos nacionais e internacionais, têm emergido discursos e movimentos populistas e extremistas que colocam em causa consensos históricos em matéria de direitos humanos e igualdade de género. Em alguns países, têm-se verificado retrocessos legislativos e tentativas de limitar direitos anteriormente consolidados, designadamente no domínio da autonomia reprodutiva, da proteção contra a violência e da igualdade de oportunidades.

Estes sinais de retrocesso recordam-nos que os direitos das mulheres não são conquistas irreversíveis. Exigem vigilância democrática permanente, compromisso institucional firme e uma cidadania ativa na defesa dos valores da igualdade, da dignidade e da liberdade.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia saúda o Dia Internacional da Mulher, reafirmando o seu firme compromisso para com a promoção ativa da igualdade e da não discriminação, para uma sociedade mais igual, justa e livre de qualquer tipo de violência de género. Porque a igualdade não é apenas um direito das mulheres, é um imperativo democrático e civilizacional.

Vila Nova de Gaia, 29 de abril de 2026

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

Marta Silva

PS Vila Nova de Gaia
Grupo Municipal | Assembleia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V
ANEXO N.º 16

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Plano de Intervenção nos Principais Pontos de Sinistralidade da EN222

Atendendo ao aumento preocupante da sinistralidade rodoviária na Avenida Vasco da Gama e na EN 222, em Vila Nova de Gaia, recentemente agravado pela ocorrência de duas vítimas mortais nas freguesias de Oliveira do Douro e Pedroso, impõe-se uma atuação urgente por parte do Município, tendo em vista a melhoria da segurança rodoviária, com especial incidência nos peões e restantes utilizadores vulneráveis.

A gravidade dos factos evidencia que a inação não é uma opção, sob pena de agravamento do risco para a segurança das pessoas.

Neste contexto, e considerando que a prevenção da sinistralidade rodoviária constitui uma atribuição relevante das autarquias locais no domínio da gestão do espaço público e da segurança urbana, recomenda-se a adoção de medidas concretas, sustentadas e orientadas para a redução efetiva do risco.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida no dia 29 de abril de 2026, delibera recomendar à Câmara Municipal:

1. Realizar, no prazo máximo de 180 dias, de um Plano de Intervenção nos Principais Pontos de Sinistralidade da referida via, com identificação dos fatores de risco e formulação de recomendações para intervenções urgentes, designadamente ao nível de:

a) Cruzamentos;

b) Condições das bermas e passeios;

c) Passadeiras e atravessamentos pedonais;

d) Velocidade de circulação praticada e adequação dos limites existentes;

e) Sinalização vertical e horizontal;

f) Iluminação noturna;

g) Condições de visibilidade e eliminação de obstáculos na via;

h) Segurança de utilizadores vulneráveis.

2. Determinar que o referido plano seja desenvolvido com o envolvimento de entidades relevantes, designadamente:

a) Polícia Municipal, PSP e GNR;

b) Bombeiros Sapadores e Bombeiros Voluntários das respetivas freguesias;

c) Juntas de Freguesia territorialmente competentes.

3. Que, após a conclusão do Plano de Intervenção, os respetivos resultados sejam apresentados à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal propondo a adoção de medidas concretas.

Vila Nova de Gaia, 29 de abril de 2026

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

Fernanda Almeida

VILA NOVA DE GAIA
iniciativa liberal

[Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia]

Data: [29 de abril de 2026] N/Refª.: [009/2026]

Assunto: **[Declaração de Voto]**
[Recomendação proposta pelo PS - Plano de Intervenção nos Principais Pontos de Sinistralidade da EN 222]

O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal vota contra a Recomendação indicada em assunto, apresentada à Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2026, por entender que o executivo camarário, na mesma sessão, afirmou o compromisso de tomar as medidas necessárias para, na sua área de jurisdição, melhorar a segurança e reduzir a sinistralidade na EN222, pelo que a proposta do PS seria uma duplicação de iniciativas no mesmo sentido.

Vila Nova de Gaia, 29 de abril de 2026

P'lo Grupo Municipal da Iniciativa Liberal,

_____

[Hugo Pereira, Líder do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 17

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 18

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Estudo sobre a utilização de trotinetas elétricas

O uso de trotinetas elétricas tem registado um crescimento significativo nos últimos anos, designadamente em Vila Nova de Gaia, afirmando-se como um meio de mobilidade leve e sustentável.

Todavia, a sua utilização não está isenta de riscos, estando associada a um número crescente de acidentes rodoviários, alguns com consequências graves para a vida e a integridade física dos utilizadores e de terceiros. Ainda assim, não é plenamente conhecida a dimensão real desta sinistralidade.

Os dados disponíveis das forças de segurança - PSP e GNR - são incompletos, na medida em que apenas refletem as ocorrências em que houve intervenção destas entidades. Ainda assim, evidenciam um crescimento acentuado do número de acidentes ao longo dos últimos anos, sendo particularmente expressiva a incidência no distrito do Porto.

Também os dados hospitalares se revelam insuficientes, uma vez que muitos episódios não são especificamente classificados como resultantes da utilização de trotinetas.

Trata-se de uma realidade que não pode ser ignorada pelos poderes públicos. Torna-se, por isso, essencial aprofundar o conhecimento sobre este fenómeno, de modo a fundamentar a adoção de medidas eficazes de prevenção e mitigação desta forma emergente de sinistralidade.

A este respeito, importa referir que existe um número elevado de trotinetas que não são de concessão pública. Esta é uma dimensão que deve ser devidamente estudada, mas que demonstra, desde já, que não basta anular concursos públicos para resolver este problema. Precisamos de ir mais longe!

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida no dia 29 de abril de 2026, delibera recomendar à Câmara Municipal:

1. Realizar, no prazo máximo de 180 dias, um estudo abrangente sobre a utilização de trotinetas elétricas na cidade de Vila Nova de Gaia, que inclua, designadamente:

a) A recolha e sistematização de dados sobre a sinistralidade associada a este meio de transporte;

b) A avaliação do impacto das medidas regulatórias já implementadas a nível municipal e nacional;

c) A análise comparativa com outras cidades portuguesas e europeias com características semelhantes;

d) A identificação de boas práticas e a formulação de recomendações para reforço da segurança.

2. Determinar que o referido estudo seja desenvolvido com o envolvimento de entidades relevantes, designadamente:

a) Instituições do ensino superior e centros de investigação com trabalho nas áreas da mobilidade, engenharia, saúde pública e segurança rodoviária;

b) Polícia Municipal, PSP e a GNR;

c) Bombeiros Sapadores e Bombeiros Voluntários do Concelho;

d) Unidades do Serviço Nacional de Saúde e outras instituições de saúde da Área Metropolitana do Porto;

e) Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária;

f) Operadores de mobilidade partilhada presentes na cidade;

g) Associações representativas de utilizadores e outras organizações da sociedade civil relevantes;

h) Juntas de Freguesia.

3. Que, após a conclusão do estudo, os respetivos resultados sejam apresentados à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal propondo a adoção de medidas concretas.

Vila Nova de Gaia, 29 de abril de 2026

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

Carla Cáceres

Carla Isabel Marques de Cáceres

VILA NOVA DE GAIA
iniciativa liberal

[Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia]

Data: [29 de abril de 2026] N/Refª.: [010/2026]

Assunto: **[Declaração de Voto]**
[Recomendação proposta pelo PS - Estudo sobre a utilização de trotinetes elétricas]

O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal abstém-se em relação à Recomendação indicada em assunto, apresentada à Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2026, por entender que o prazo proposto pelo Grupo Municipal do PS é demasiado curto para realizar o estudo indicado.

Sugerimos ainda que seja alargado o âmbito da análise para incluir os benefícios da disponibilização de trotinetes elétricas em contexto de cidades, dado que apenas é pedida a análise dos riscos para a segurança pública. Esta análise de benefícios-custos poderá incluir dimensões como ambiente, mobilidade, saúde pública, economia urbana, acessibilidade. O investimento num estudo que requer a coleta de dados primários, como também posteriores análises de dados recolhidos e benchmarking de políticas públicas/casos de estudo noutros municípios, deve ter um benefício significativo para a população gaiense.

Vila Nova de Gaia, 29 de abril de 2026

P'lo Grupo Municipal da Iniciativa Liberal,

[Hugo Pereira, Líder do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 19

PS Vila Nova de Gaia
Grupo Municipal | Assembleia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 20

MOÇÃO

Pela transmissão em direto das Reuniões de Câmara públicas

No dia 12 de fevereiro do corrente ano, o Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou uma Proposta de Recomendação, na linha da moção anteriormente submetida à Câmara Municipal pelos vereadores do PS, defendendo que todas as reuniões deste órgão executivo passassem a ser públicas e transmitidas online. Ambas foram rejeitadas pela maioria composta por PSD, CDS-PP e IL, bem como pelo vereador, entretanto independente, ex-Chega.

Não querendo desistir de promover maior transparência e proximidade nas reuniões da Câmara Municipal, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia propõe a aprovação da presente moção, recomendando à Câmara Municipal que proceda às seguintes alterações ao respetivo Regimento:

1) Artigo 1º, nº 2, alínea b)

"Na terceira terça-feira de cada mês, a reunião é pública, **transmitida em direto através das redes sociais da Câmara Municipal** e realiza-se, conforme mapa a publicar em edital, com início às 17:00 horas."

2) Artigo 1º, nº 5

"**As reuniões extraordinárias são púbicas e transmitidas em direto através das redes sociais da Câmara Municipal**, se tal resultar da convocatória ou do requerimento que lhe dá origem."

Vila Nova de Gaia, 29 de abril de 2026

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

Marina Ferreira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 21

GAIA PSD
GRUPO PARLAMENTAR
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Proposta de Voto de Louvor ao Dr. Domingos Vieira Matos

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em sessão plenária, delibera aprovar um Voto de Louvor ao Dr. Domingos Vieira Matos, em reconhecimento público pelo seu excecional gesto de mecenato e pelo contributo relevante, duradouro e exemplar prestado à saúde da população do concelho, da região e do país.

As doenças cardiovasculares constituem a principal causa de mortalidade em Portugal, exigindo respostas organizadas, sustentadas e tecnicamente diferenciadas no âmbito do Serviço Nacional de Saúde. Neste contexto, a Unidade Local de Saúde de Gaia e Espinho tem vindo a afirmar, ao longo de várias décadas, um eixo clínico de reconhecida excelência nas áreas da Cardiologia e da Cirurgia Cardiotorácica, garantindo aos gaienses acesso próximo, qualificado e atempado a cuidados altamente diferenciados. Este percurso, sustentado em equipas altamente experientes, com resultados clínicos consistentes, elevados padrões de qualidade assistencial e um compromisso permanente com a segurança dos doentes, tem contribuído não apenas para ganhos concretos em saúde para a população local, mas também para a projeção da ULS Gaia-Espinho como referência de qualidade a nível nacional e internacional.

Foi neste quadro de maturidade institucional e diferenciação clínica que a doação realizada pelo Dr. Domingos Vieira Matos, no valor de um milhão e novecentos mil euros, assumiu um significado particularmente relevante, ao possibilitar a aquisição de um equipamento de Ressonância Magnética Cardíaca de última geração, colocando o Hospital de Gaia num grupo restrito de instituições com acesso a tecnologia de excelência nesta área a nível internacional.

Este gesto de elevado alcance tem um impacto clínico, científico e institucional duradouro, reforçando decisivamente a capacidade diagnóstica e terapêutica, contribuindo para a valorização do eixo cardiovascular da ULS Gaia-Espinho como estrutura de elevada diferenciação técnica e qualidade garantida, construída ao longo de anos de experiência e dedicação.

O contributo do Dr. Domingos Vieira Matos constitui, assim, um exemplo notável de responsabilidade cívica, solidariedade e compromisso com o bem comum, ilustrando de forma inequívoca o papel essencial que o mecenato pode desempenhar no fortalecimento do Serviço Nacional de Saúde e na promoção da equidade no acesso a cuidados de

elevada qualidade. A atribuição da Medalha de Honra do Município de Vila Nova de Gaia pela Câmara Municipal veio reconhecer, de forma justa e inequívoca, o carácter excecional deste contributo.

Neste enquadramento, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia expressa publicamente o seu profundo louvor e reconhecimento ao Dr. Domingos Vieira Matos, enaltecendo o valor humano, cívico e institucional do seu gesto e reafirmando, simultaneamente, a importância estratégica do eixo de Cardiologia e Cirurgia Cardiotorácica da ULS Gaia-Espinho como património coletivo do concelho e referência sólida do Serviço Nacional de Saúde.

Vila Nova de Gaia, 27 de abril de 2026

O Grupo Municipal do PSD

Assembleia Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 22

PAOD - Voto de Louvor por Mecenato

Declaração de Voto

A CDU vota **contra** este Louvor por entender que este acto mecenático demonstra precisamente o lamentável estado em que os serviços públicos, sobretudo o Serviço Nacional de Saúde, se encontram em resultado de anos e anos de políticas de destruição.

Destruição essa efetuada através do subfinanciamento crónico, do encerramento de serviços, pela transferência de verbas para o setor privado, da degradação das condições de trabalho ou da transformação da saúde num negócio, como aliás tivemos ocasião de explicitar na moção apresentada na presente sessão, sob o tema «Nos 50 anos da Constituição, defender os serviços públicos: o SNS».

Com efeito, e muito embora saudemos o acto mecenático que motivou o presente voto de louvor, e acompanhemos o partido proponente acerca do seu «*elevado alcance tem um impacto clínico, científico e institucional duradouro*», consideramos que o SNS não pode estar à mercê de ações individuais de mecenato (e consequente benefício fiscal), devendo pelo contrário ser valorizado, fortalecido e até ampliado por aqueles que têm obrigação de representar os anseio dos trabalhadores e do povo:

1. Combatendo todas as tentativas de revisão constitucional que ponham em causa um SNS universal, geral e gratuito, e os direitos laborais dos seus profissionais;
2. Cumprindo integralmente a Constituição, nomeadamente no que respeita ao direito à saúde, através do adequado financiamento do SNS, da valorização dos seus profissionais, da inversão do processo de privatização e desinvestimento e do reforço dos meios materiais e humanos do SNS;
3. Invertendo qualquer encerramento de serviços públicos de saúde bem como a transferência de recursos públicos para hospitais e unidades privadas.

Por tudo isto votamos contra este voto de louvor.

2026.04.29

Pel'A CDU,

(José Alberto Costa)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 23

BOA NOITE

NA PESSOA DO SR. PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBEIA MUNICIPAL CUMPRIMENTO TODOS OS PRESENTES.

NO PASSADO DIA 19 DE ABRIL, S.FÉLIX DA MARINHA, COMEMOROU OS 25 ANOS DE ELEVAÇÃO A VILA , UM QUARTO DE SÉCULO APÓS ESSE DIA HISTÓRICO PARA A NOSSA FREGUESIA" 19 DE ABRIL DE 2001" .

QUEREMOS DEMONSTRAR O NOSSO APREÇO E AGRADECIMENTO AO SEU GRANDE IMPULSIONADOR, O ENTÃO DEPUTADO NACIONAL

DR. MANUEL MOREIRA, ATUAL PROVEDOR DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VILA NOVA DE GAIA.

NESTES 25 ANOS A FREGUESIA, AUMENTOU EXPONENCIALMENTE EM TERMOS DEMOGRÁFICOS, SENDO ATUALMENTE A FREGUESIA QUE A ESSE NÍVEL MAIS CRESCEU NO NOSSO MUNICIPIO;

FACTO DEVERAS RELEVANTE, PARA OS S.FÉLIX MARINHENSES, TRADUZIDO NUMA MAIOR QUALIDADE DE VIDA , SOBRETUDO NO INICIO DO SÉCULO , AQUANDO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL POR PARTE DO EXECUTIVO LIDERADO PELO ENTÃO E ATUAL, PRESIDENTE DE CÂMARA , DR. LUIS FILIPE MENEZES.

CRESCEMOS, EM TERMOS DE INFRAESTRUTURAS, NÃO SÓ DESPORTIVAS, MAS TAMBEM AO NIVEL HABITACIONAL, COM A

CONSTRUÇÃO DA URBANIZAÇÃO " ALBERTO MARTINS DE ANDRADE".

DOTOU-SE A FREGUESIA DE SANEAMENTO BÁSICO E ÁGUAS PLUVIAIS, , QUASE NA SUA TOTALIDADE , ATÉ ESSA DATA QUASE INEXISTENTES , MELHOROU-SE OS ARRUAMENTOS E AS VIAS ESTRUTURANTES, EM RESUMO, PROGREDIU-SE DE UMA FORMA SIGNIFICATIVA.

INFELIZMENTE, NESTES ÚLTIMOS 12 ANOS, A NOSSA VILA FOI ESQUECIDA PELA GESTÃO MUNICIPAL ANTERIOR, QUER AO NÍVEL DA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL EXISTENTE, QUER PELO ABANDONO, DAS NOSSAS BELAS PRAIAS, NÃO

PROMOVENDO SEQUER A LIMPEZA E MANUTENÇÃO DAS MESMAS, NEM DOS SEUS ESPAÇOS ENVOLVENTES , TOTALMENTE DEGRADADOS.

SEM DÚVIDA UM PÉSSIMO CARTÃO DE VISITA PARA TODOS AQUELES, QUE NOS ESCOLHEM, DURANTE A ÉPOCA BALNEAR.

A NOSSA FREGUESIA , AINDA POSSUI ALGUMAS RUAS EM TERRA BATIDA, SEM SANEAMENTO E SEM AGUAS PLUVIAIS , E DADO O ABANDONO MUNICIPAL JÁ MENCIONADO, CERCA DE 14 ARRUAMENTOS ESTÃO DEMASIADO DEGRADADOS E ALGUNS ATÉ INTRANSITÁVEIS.

POR TAL FACTO, COMO ELEITO LOCAL PELOS S.FÉLIX MARINHENSES, QUERO REITERAR A MINHA PETIÇÃO AO ATUAL EXECUTIVO MUNICIPAL

TAMBEM ESTE ELEITO MAIORITARIAMENTE PELOS S.FELIX MARINHENSES, QUE TAL , COMO ACONTECEU NO PASSADO, AQUANDO DA VOSSA GESTÃO, DESENVOLVAM NOVAMENTE A NOSSA VILA, REVITALIZANDO-A COM AS INFRAESTRUTURAS NECESSÁRIAS AO SEU MERECIDO PROGRESSO.

NÃO PRETENDEMOS QUE O MESMO , SEJA EM DETRIMENTO DAS DEMAIS 23 FREGUESIAS DO CONCELHO, PELO CONTRÁRIO, PRETENDEMOS QUE O DESENVOLVIMENTO SE FAÇA EM TERMOS GLOBAIS NO MUNICIPIO, COMO CERTAMENTE ACONTECERÁ, MAS E TAMBÉM, APESAR DE GEOGRÁFICAMENTE SERMOS A FREGUESIA MAIS A SUL DO MUNICIPIO, SOMOS SEM DÚVIDA

" E CONTRA FACTOS NÃO HÁ ARGUMENTOS",

A MAIS BELA DE VILA NOVA DE GAIA.

VILA NOVA DE GAIA, 29 DE ABRIL DE 2026

(Luís António Neto Castro de Oliveira)

Assembleia Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 24

3.1 - Relatório de Contas 2025

Declaração de Voto

A CDU vota CONTRA a aprovação da Prestação de Contas de 2025.

Não o fazemos por desconhecimento da lei ou por ignorância dos números. Pelo contrário.

Reconhecemos que estas contas são formalmente corretas e se encontram em conformidade técnica, aliás com parecer favorável do Revisor Oficial de Contas.

Reconhecemos também os indicadores financeiros: um *superavit* de 53 milhões de euros, um saldo de gerência de 92 milhões de euros, um prazo médio de pagamento a fornecedores de 18 dias.

Numa análise meramente contabilística — aliás propagandeada pela comunicação social, com notícias diárias sobre o nosso Concelho — Gaia seria um exemplo de boa gestão.

Mas a CDU não se limita à contabilidade. E o nosso voto aqui também é político e não meramente técnico.

O que está por detrás destes números é um modelo de gestão que a CDU tem combatido ao longo dos anos, e mesmo a mudança de executivo em Novembro de 2025 não se refletiu em políticas mais voltadas para os Gaienses.

Os números são aparentemente positivos do ponto de vista financeiro. O problema concreto que persiste, no entanto, é que os problemas dos Gaienses se mantêm por resolver.

O IMT cresceu 54,49% em 2025, alimentado pela crescente especulação imobiliária. Enquanto se celebra esta receita, prepara-se a entrega do Concelho ao grande capital. Esperamos ansiosamente pela discussão do próximo PDM.

Senão vejamos os anúncios recentes deste Executivo, muitos na sequência de projetos vindos do anterior:

- As maiores torres do país em Vila Nova de Gaia: foi anunciada a construção das Haya Towers na VL8 — habitação de luxo e outros que ainda virão a ser assunto mais à frente.
- Aparecimento de mais urbanizações por toda a cidade, como a que se projeta para Canidelo.
- A hotelização da Afurada: o Presidente anuncia três novos hotéis para a freguesia, alegando que a vila evolui de um "bairro de pescadores" para um "centro turístico". Não se vê, em contrapartida, qualquer medida para garantir que os moradores não sejam expulsos pela pressão imobiliária.

Pelo contrário, o que é gritante pela omissão é a habitação acessível (se é que esse termo ainda se pode utilizar): em 2025, não foi construído de raiz um único fogo de habitação social.

A CDU não é contra o desenvolvimento económico nem contra o turismo. É contra um modelo que privilegia o lucro do capital em detrimento das necessidades da população. É contra a transformação de Gaia num condomínio fechado para quem pode pagar, enquanto quem cá vive é empurrado para a periferia.

Este saldo de 92 milhões de euros convive ainda com práticas de gestão que a CDU não pode deixar de denunciar.

Em primeiro lugar:

- A mega chefia de 14 mil euros: a contratação de um consultor, com uma remuneração que mais que duplica o tecto legal de um vereador, ao mesmo tempo que aparentemente se vivencia um clima de terror nas Águas de Gaia; são conhecidas dos grupos parlamentares as denúncias desesperadas de trabalhadores que relatam este clima, de "intimidação e perseguição", onde profissionais são tratados como "pau para toda a obra" e submetidos a uma "atmosfera de tortura psicológica". A CDU exige uma explicação séria sobre estas denúncias.

De seguida:

- A questão dos trabalhadores das escolas: é inaceitável que, enquanto se pagam estas consultorias de luxo, os trabalhadores das escolas tenham de fazer greve

contra o "abuso" de serem cedidos a IPSS, sentindo-se "enganados por este Executivo". A CDU esteve com eles, ouviu as suas queixas e apoia a sua luta.
A CDU defende a valorização dos trabalhadores, a estabilização dos vínculos precários, a negociação colectiva séria e o fim de práticas de intimidação no local de trabalho. Isto não é demagogia — é a posição de um partido que sempre defendeu os direitos dos trabalhadores.

Por último, e aqui sim uma questão mais técnica:

A prestação de contas admite, na página 78, o que a CDU não pode deixar de assinalar:

"*Sem a referida excepção* [margem excepcional de 40%], *que poderá não existir nos próximos anos, o Município não possui qualquer margem para endividamento a 31/12/2025.*"

O Município contraiu 38,8 milhões de euros de empréstimos com base numa exceção legal de natureza precária, que depende da renovação anual através do Orçamento do Estado. Se essa exceção cair, o Município fica sem margem para contrair novos empréstimos para financiar habitação pública, escolas, transportes ou qualquer outro investimento estruturante.

Isto não é alarmismo. É um facto constante do documento que estamos a apreciar. É realmente a herança que este novo Executivo recebeu, mas o que importa saber é como pretende resolver, e se será à custa de investimentos fundamentais para a nossa população.

Senhor Presidente,

A CDU vota CONTRA porque:

1. Não aceita a especulação imobiliária como motor de desenvolvimento — torres de luxo e hotéis para turistas não resolvem a falta de habitação para os Gaienses.
2. Não aceita que se paguem salários de 14 mil euros a consultores enquanto os trabalhadores municipais são sujeitos à precariedade, à intimidação e à falta de respeito.

3. Não admite que 92 milhões de saldo venham a servir para alimentar o grande capital imobiliário em vez de serem aplicados nas necessidades reais da população.

A CDU vota CONTRA porque este dinheiro deve servir para:

- Construir habitação pública — de raiz, com financiamento direto, não comprando no mercado especulativo.
- Resolver o problema dos transportes públicos — garantindo uma rede eficiente, frequente e, a prazo, gratuita.
- Investir na rede pública de creches — para apoiar as famílias trabalhadoras.
- Melhorar a higiene urbana — com limpeza das ruas e recolha eficaz de resíduos em todas as freguesias.
- Garantir a dignidade laboral — combatendo a precariedade, os climas de perseguição e valorizando quem trabalha.

Esta Prestação de Contas é o espelho de um modelo político que a CDU continuará a combater, dentro e fora desta Assembleia Municipal.

Precisamos de um Concelho onde a habitação, a mobilidade, o trabalho digno e os serviços públicos são direitos, não privilégios de alguns.

2026.04.29

Pel'A CDU,

(José Alberto Costa)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 25

GRUPO MUNICIPAL VILA NOVA DE GAIA CHEGA

Ponto 3.1 – Relatório de Atividades e Conta de Gerência

Começo por cumprimentar

Senhor Presidente da Mesa,

Senhor Presidente de Câmara,
Senhores Vereadores/Deputados Municipais/Eleitos de Freguesia
Senhoras e Senhores aqui presentes,

A análise deste relatório não pode deixar de merecer a nossa atenção e de trazer a reflexão sobre alguns pontos, que parecem-nos relevantes e que devem ser demonstrados e explicados aos Gaienses.

Verifica-se que o saldo que transitou para 2026 foi de quase 92 milhões de euros, o que em parte, o argumento usado pelo executivo de insuficiência financeira argumentada em anteriores assembleias não é totalmente aplicável.

Embora de facto, o relatório denuncia a falta de "plafond" da Câmara de Gaia, caso esta tivesse necessidade de financiar-se.

No entanto, o mesmo revela também que, o município demonstra um elevado grau de autonomia, com as **Receitas Próprias** a representarem **52,75%** da receita total.

Receita total que representou um aumento de cerca de 20% face ao ano anterior de 2024.

Receita essa, que provém sobretudo dos impostos diretos. IMT, IMI, IUC e Derrama, todos estes impostos representaram um aumento nas suas receitas.

Sendo assim, porque não podemos ir mais longe e devolver aos Gaienses uma parte dos mesmos?

Num contexto atual de inflação e aumento do custo de vida, que asfixia as famílias e as empresas, com um aumento tão elevado nas receitas destes impostos, seria urgente pensar em irmos um pouco mais longe e reduzir as taxas aplicadas, nomeadamente, na taxa de IMI e na Derrama, apoiando assim os Gaienses e as empresas.

Ou então, porque não irmos mais longe, e aumentarmos o investimento em construção de habitação com rendas de valor controlado e acessível para os nossos munícipes?

Este relatório mostra que podemos e devemos ser um pouco mais ambiciosos na aplicação deste excedente e, assim, dar resposta às necessidades dos Gaienses.

Temos assim as condições para investir mais na habitação, mais na mobilidade e mais na dignidade dos Gaienses.

Esse deve ser sempre o nosso compromisso e prioridade.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 26

3.31. Instrumentos de Gestão Provisional 2026 "Águas de Gaia"

Declaração de Voto

Os objectivos delineados neste documento aproximam-se, em muitos aspectos, das preocupações que a CDU tem expressado ao longo dos anos, embora a forma genérica como estão apresentados não nos tranquilizem quanto à sua real efectivação.

Observarmos a forma como se irá concretizar o que agora se anuncia, e a seu tempo nos pronunciaremos sobre isso, esperando que o possamos fazer positivamente.

Mas não deixamos hoje de realçar também que as alterações ocorridas na empresa têm motivado um profundo mal-estar entre os trabalhadores, bem patente na mensagem que recentemente foi recebida por todos os grupos desta Assembleia e que relata situações que, a confirmarem-se, devem merecer toda a nossa atenção, e ainda no facto de funcionários que se encontravam na Empresa com base em acordos de cedência terem regressado ao Município.

A CDU irá igualmente acompanhar com muita atenção esta transição de opções políticas da gestão da empresa com o objectivo de, por um lado, garantir que seja prestado o melhor serviço público aos Gaienses e, por outro, que se respeitem os direitos e garantias dos trabalhadores desta empresa municipal, que são quem garante no dia a dia o seu funcionamento e são por isso a parte fundamental da organização, que nada seria sem eles.

2026.04.29

Pel'A CDU,

(José Alberto Costa)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 27

3.6. e 3.7 Procedimentos concursais – Técnicos AEC e Auxiliares de Acção Educativa

Declaração de Voto

Votamos a favor porque se trata de constituição de reservas de recrutamento para contratação.

Apesar disso expressamos, mais uma vez, a nossa grande preocupação acerca das AEC, preocupação essa que manifestamos desde há já muitos anos, sobretudo no que diz respeito:

1. ao facto de se continuar a responder a uma necessidade que é permanente com vínculos precários, fomentando assim a precariedade laboral;
2. e ao facto, comprovado pelo tempo e pela política das últimas vereações, de que não obstante as promessas feitas e constantemente quebradas aos trabalhadores (com os quais nos solidarizamos), se insiste em prosseguir e reforçar a política de colocar trabalhadores da Câmara de Gaia ao serviço das IPSS no contexto do Programa GAIAaprende+, situação verdadeiramente intolerável que tem sido firmemente combatida pelos trabalhadores com o apoio do seu sindicato de classe e também da CDU.

Por outro lado, a CDU também há muito que rejeita o conceito da "escola a tempo inteiro", que nasce em resposta aos vínculos laborais cada vez mais instáveis e gravosos dos pais, e que infelizmente só parece agudizar-se com o tempo, sobretudo tendo em linha de conta as propostas apresentadas pelo atual Governo no seu inenarrável Pacote Laboral.

Obviamente, esta questão não pode ser discutida sem ter isto em conta, apesar daqueles que disfarçam a realidade com fumos, cores e marketing, que nos mentem ao dizer que vendem progresso quando na verdade pugnam por um processo de

retrocesso dos direitos conquistados pelo trabalhadores ao longo de pelo menos um século.

É necessário que os filhos dos trabalhadores, mais do que serem entregues à escola desde a manhã até à noite, tenham a possibilidade de usufruir de um verdadeiro programa de ocupação de tempos livres, onde as actividades culturais e desportivas estejam presentes, obrigatoriamente fora das instalações escolares, e respeitando os direitos das crianças e dos pais.

É necessário tornar claro o que é o papel da escola, o que é tempo lectivo e o que é tempo livre fora da escola, na aldeia, no bairro, em contacto com as outras gerações.

Não é um sonho, nem matéria de exigir o impossível: trata-se apenas de pugnar pelos direitos - sobretudo dos das crianças, mas também dos dos seus pais.

2026.04.29

Pel'A CDU,

(José Alberto Costa)

3.4 - Revogação de procedimentos de recrutamento

Declaração de Voto

Na informação que acompanhava a proposta original de revogação era apontado como motivo principal o facto de que "contratar mais trabalhadores não responde às necessidades reais do município e não é eficiente, num contexto de reestruturação [e até possível extinção, diríamos] dos serviços."

Assim, perguntamos:

1. Se se pode considerar "eficiente" desistir da contratação de 24 Bombeiros Sapadores, quando o concurso já estava na reta final e a segurança de pessoas e bens devia ser a prioridade máxima?
2. Como se ajusta às necessidades futuras extinguir o concurso para 10 trolhas na Divisão de Trânsito? Quem vai manter as nossas estradas e infraestruturas? Pretende-se externalizar este serviço, pagando mais e servindo pior?
3. Como se explica o cancelamento do recrutamento de 3 técnicos superiores para a Proteção Civil, numa altura em que bem se pode verificar que o planeamento e a prevenção de riscos são fundamentais para o nosso concelho?

A história recente e a realidade têm demonstrado que aquilo que se coloca, que se exige ao Poder Local e que é verdadeiramente eficiente passará muito mais pela valorização dos seus trabalhadores, pelo aumento dos seus direitos, designadamente salariais, e até pela contratação de mais profissionais para as tarefas necessárias, e não pelo cancelamento de recrutamentos.

Por isso votamos contra esta proposta.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 28

2026.04.29

Pel'A CDU,
(José Alberto Costa)

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAIA
ANEXO N.º 29

MINUTA DE ATA Nº 09

Reunião Ordinária de 29.04.2026

Ao vigésimo nono dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações: ----------

1. Foram, no Período de Antes da Ordem do Dia, votados os seguintes documentos:

a) Foi uma, **Moção**, apresentada pelo Deputado Único da CDU, "Nos 50 anos da Constituição, defender os serviços públicos: o SNS", **Rejeitada**, com 32 votos contra (23 do PSD, 03 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP) e 24 a favor (22 do PS, 01 do LIVRE e 01 da CDU). ----------

b) Foi uma, **Moção,** apresentada pelo Deputado Único do LIVRE, por "Paragens Dignas", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

c) Foi um, **Voto de Saudação**, apresentado pelo Grupo Municipal da IL, "52º Aniversário do 25 de Abril e 50º Aniversário da Constituição de 1976", **Aprovado por Maioria,** com 49 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 03 da IL e 01 do LIVRE) e 08 votos contra (04 do CH, 03 do CDS-PP e 01 da CDU). ----------

d) Foi uma, **Proposta de Recomendação**, apresentada pelo Grupo Municipal da IL, "Alteração do sentido do trânsito em ruas da Madalena", **Aprovado por Maioria**, com 33 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 23 votos contra (22 do PS e 01 da CDU) e 01 abstenção do LIVRE. ----------

e) Foi uma, **Proposta de Recomendação**, apresentada pelo Grupo Municipal da IL, "Inventário Municipal de Imóveis Devolutos", **Aprovado por Maioria**, com 33 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP) e 24 votos contra (22 do PS, 01 do LIVRE e 01 da CDU). ----------

f) Foi um, **Voto de Saudação**, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, pelo "Dia Internacional da Mulher", **Aprovado por Maioria**, com 53 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 03 da IL, 03 do CDS-PP, 01 do LIVRE e 01 da CDU) e 04 votos contra do CH. ----------

g) Foi uma, **Proposta de Recomendação**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, "Plano de Intervenção nos Principais Pontos de Sinistralidade da EN 222", **Aprovado**

por Maioria, com 52 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 04 do CH, 01 do Presidente de Junta do CDS-PP, 01 do LIVRE e 01 da CDU) e 05 votos contra (03 da IL e 02 do CDS-PP). ----------

h) Foi uma, **Proposta de Recomendação**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, "Estudo sobre a utilização de trotinetes elétricas", **Aprovado por Maioria**, com 54 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 04 do CH, 03 do CDS-PP, 01 do LIVRE e 01 da CDU) e 03 abstenções da IL. ----------

i) Foi uma, **Moção**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, pela "Transmissão em direto das Reuniões de Câmara públicas", **Rejeitada**, com 29 votos contra (23 do PSD, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 27 votos a favor (22 do PS, 04 do CH e 01 do LIVRE) e 01 abstenção da CDU. ----------

j) Foi um, **Voto de Louvor**, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, ao "Dr. Domingos Vieira Matos", **Aprovado por Maioria**, com 56 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 do LIVRE) e 01 voto contra da CDU. ----------

2. No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações: ----------

a) **Foi o Ponto 3.1. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Atividades e Conta de Gerência do Município de Vila Nova de Gaia, referente ao ano 2025, assim como a respetiva certificação legal de contas e o respetivo parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC)", **Aprovado por Maioria**, com 55 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 01 voto contra da CDU e 01 abstenção do LIVRE. ----------

b) **Foi o Apreciada a** "Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município de Vila Nova de Gaia, referente ao ano 2025", **referente ao Ponto 3.2. da Ordem de Trabalhos.**----------

c) **Foi o Ponto 3.31. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto aos Instrumento de Gestão Previsional Económica e Financeira para o exercício de 2026 das Águas de Gaia, Empresa Municipal, S.A.", **Aprovado por Maioria**, com 33 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP), e 24 abstenções (22 do PS, 01 do LIVRE e 01 da CDU). ----------

d) **Foi o Ponto 3.6. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Abertura de Procedimento Concursal para Constituição de Reserva de Recrutamento na Modalidade de Contrato de Trabalho em Funções

Públicas a Termo Resolutivo Certo/Incerto, a Tempo Integral ou Parcial de Técnicos(as) especialmente habilitados(as) no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), de Apoio à Família e de Atividades Técnicas Especializadas para o próximo ano letivo de 2026/2027", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

e) **Foi o Ponto 3.7. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Abertura de Procedimento Concursal para Constituição de Reserva de Recrutamento de Trabalhadores em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto, na Carreira/Categoria de Assistente Operacional (Auxiliar de Ação Educativa), para suprir necessidades futuras e transitórias de pessoal nos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas do Município de Vila Nova de Gaia", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

f) **Foi o Ponto 3.3. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Alteração da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

g) **Foi o Ponto 3.4. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Despacho de Revogação da Deliberação de Câmara de 09.02.2026 e Revogação dos Procedimentos em curso com a exceção do Procedimento n.º 14/2023", **Aprovado por Maioria**, com 29 votos a favor (23 do PSD, 03 da IL e 03 do CDS-PP) e 28 votos contra (22 do PS, 04 do CH, 01 do LIVRE e 01 da CDU).

h) **Foi o Ponto 3.5. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Abertura de Procedimentos Concursais para provimento dos Cargos de Direção Intermédia de 1.º, 2.º e 3.º Graus e Aprovação da Composição dos respetivos Júris de Recrutamento", **Aprovado por Maioria**, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU), e 23 abstenções (22 do PS e 01 do LIVRE). ----------

E, nada mais havendo a tratar por hoje, conforme decisão previamente tomada, foi esta reunião dada por encerrada eram 00 horas e 50 minutos do dia 30 de abril de 2026, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pela Senhora Primeira Secretária em Exercício e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, e que foi **Aprovado por Unanimidade**. ----------

PRIMEIRA SECRETÁRIA

EM EXERCÍCIO

(Ana Paula Paiva Godinho da Silva Dias, Dr.ª)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

EM EXERCÍCIO

(Paulo Alexandre Azevedo Pereira Santos, Dr.)